



**UNIVERSIDADE FEDERAL DO TOCANTINS
CÂMPUS UNIVERSITÁRIO DE MIRACEMA DO TOCANTINS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM SERVIÇO SOCIAL**

MARGARIDA DE OLIVEIRA BARROS MOURA

SUPERVISÃO DE ESTÁGIO EM SERVIÇO SOCIAL

MIRACEMA DO TOCANTINS, TO

2026

Margarida de Oliveira Barros Moura

Supervisão de Estágio em Serviço Social

Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Serviço Social da Universidade Federal do Tocantins, Área de Concentração Serviço Social e Políticas Sociais como requisito parcial para obtenção do Título de Mestre em Serviço Social.

Orientadora: Profa. Dra. Eliane Marques de Menezes Amicucci

Miracema do Tocantins, TO

2026

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
Sistema de Bibliotecas da Universidade Federal do Tocantins

M929s Moura, Margarida de Oliveira Barros.
 Supervisão de Estágio em Serviço Social. / Margarida de Oliveira
 Barros Moura. – Miracema, TO, 2026.
 101 f.

 Dissertação (Mestrado Acadêmico) - Universidade Federal do
 Tocantins – Câmpus Universitário de Miracema - Curso de Pós-
 Graduação (Mestrado) em Serviço Social, 2026.
 Orientador: Eliane Marques de Menezes Amicucci

 1. Supervisão de Estágio. 2. Serviço Social. 3. Intervenção
 profissional. 4. Sociabilidade Capitalista. I. Título

CDD 360

TODOS OS DIREITOS RESERVADOS – A reprodução total ou parcial, de qualquer forma ou por qualquer meio deste documento é autorizado desde que citada a fonte. A violação dos direitos do autor (Lei nº 9.610/98) é crime estabelecido pelo artigo 184 do Código Penal.

Elaborado pelo sistema de geração automática de ficha catalográfica da UFT com os dados fornecidos pelo(a) autor(a).

MARGARIDA DE OLIVEIRA BARROS MOURA

SUPERVISÃO DE ESTÁGIO EM SERVIÇO SOCIAL

Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Serviço Social da Universidade Federal do Tocantins, foi avaliado para obtenção do Título de Mestre em Serviço Social e aprovada em sua forma final pelo Orientador e pela Banca Examinadora.

Data de Aprovação: 08/04/2026

Banca Examinadora:

Prof. (a) Dr.(a) Eliane Marques de Menezes Amicucci, Orientadora, UFT

Prof. (a) Dr. (a) Célia Maria Grandini Albiero, Examinadora, UFT

Prof. (a) Dr. (a) Cirlene Aparecida Hilário de Oliveira, Examinadora, UNESP

Aos meus pais, Raimunda de Oliveira
Barros (in memoriam) e Paulo Bezerra
Barros (in memoriam),

Às minhas irmãs, Isabel, Iracema, meu
sobrinho Jabis e minha sobrinha Rebeca.

Ao meu irmão, Luís Antonio (in
memoriam),

Ao meu esposo, Pedro Alves e minha
filha, Glenda Barros

AGRADECIMENTOS

Primeiramente, agradeço a Deus, pela proteção, pela força e oportunidade que me permite a cada instante alcançar objetivos, dentre eles, a conquista da minha dissertação de mestrado em Serviço Social. Só tenho motivos para agradecer, por isso, me considero privilegiada, abençoada e feliz. Acredito que a fé é essencial em todos os momentos, tanto nos fáceis quanto nos difíceis.

Muito mais do que o título de mestre conquistado, essa conquista expressa determinação, resiliência e esforço, sobre as dificuldades constantes e as ressignificações de interpretações e percursos teóricos no decorrer da construção deste trabalho.

A minha avó Jardelina (in memoriam), pelo carinho e proteção, sempre desejando o melhor para mim, lembranças que guardo com amor no meu coração.

Aos meus pais Paulo Bezerra Barros (in memoriam) e Raimunda de Oliveira Barros (in memoriam), pelo amor, apoio, incentivo e ensinamentos alicerçados que me permitiram ser a pessoa e profissional que me tornei, dedicada e resiliente.

Ao meu esposo, Pedro Alves pelo companheiro, amor e apoio, sem medir esforços indo comigo para a cidade de Miracema durante o percurso de construção até a consecução da dissertação de mestrado. Obrigada por contribuir para realização de mais essa conquista na minha vida.

Às amigas que cultivei durante o percurso de realização do mestrado. Obrigada pela acolhida, convivência, trocas de experiências, dúvidas, anseios, inquietações e também pelos momentos de descontração.

A minha querida orientadora, Profa. Dra. Eliane Marques de Menezes Amicucci, pelo apoio, confiança e valiosas orientações sobre a Supervisão de estágio em Serviço Social que me possibilitaram o aprofundamento teórico-metodológico. Muito obrigada pela oportunidade que tive de amadurecimento teórico, pelos momentos de convivência e ensinamentos na Universidade Federal do Tocantins UFT-Campus-Miracema.

À professora Dra. Célia Albiero, por ter aceito participar das Bancas de qualificação do projeto de pesquisa e da minha dissertação. Obrigada pelas contribuições que fez possibilitou-me ampliar a compreensão sobre Supervisão e Estágio supervisionado em Serviço Social.

À professora Dra. Cirlene Oliveira pela receptividade no aceite do convite em participar da Banca de qualificação do projeto de minha dissertação e pelos apontamentos oportunos e pertinentes. Sinto-me imensamente grata.

Ao corpo docente do Programa de Pós-Graduação, Mestrado em Serviço Social, da Universidade Federal do Tocantins – UFT Campus de Miracema. Muito obrigada por contribuir com o meu processo de amadurecimento teórico. Especialmente, aos professores João Nunes da Silva, Josenice Ferreira dos Santos, Maria Helena Cariaga, Maria José Antunes e Rosemary Negreiros por todo o aprendizado e convivência ao longo da realização do mestrado.

À turma do mestrado que tive o privilégio de compor, de compartilhar conhecimentos, dúvidas e inquietações. Fomos protagonistas de um processo de aprendizagem coletiva, repleto de inquietações, abstrações, reflexões e discussões. Guardo todos vocês com carinho no meu coração.

A todos aqueles que de alguma forma direta ou indiretamente fizeram parte deste processo, meus sinceros agradecimentos.

Margarida Moura

“A teoria sem a prática vira 'verbalismo', assim como a prática sem teoria, vira ativismo. No entanto, quando se une a prática com a teoria tem-se a práxis, a ação criadora e modificadora da realidade.”

Paulo Freire

RESUMO

O presente estudo tem por objetivo identificar os significados da Supervisão em Serviço Social nas suas dimensões da profissão na construção da identidade e da maioridade profissional do assistente social frente aos desafios da intervenção profissional no contexto da sociabilidade capitalista do século XXI. De forma específica, esse objetivo geral visa conhecer e analisar o contexto da sociabilidade capitalista do século XXI, que abriga os desafios do processo para intervenção profissional do Serviço Social e compreender a natureza da Supervisão em Serviço Social. Trata-se de pesquisa qualitativa, utilizando-se o método de análise de conteúdo apoiada na pesquisa bibliográfica e pesquisa documental. Tendo sido a pesquisa bibliográfica realizada na base de dados da plataforma CAPES foram encontradas 77 produções entre teses e dissertações que tratam da Supervisão de estágio, que se concentraram no eixo Serviço Social: Formação e Trabalho Profissional. no período dos anos de 1992 a 2023. No entanto, por tratar-se de pesquisa centrada na Supervisão de estágio em Serviço Social no contexto da sociabilidade capitalista do século XXI optou-se por desconsiderar as publicações anteriores ao ano de 2000 e também as produções que embora posteriores ao ano de 2000 não estão diretamente relacionadas aos descritores propostos (Supervisão de estágio - Estágio - Serviço Social). Assim considerou-se apenas 53 trabalhos publicados, sendo 16 teses e 37 dissertações. A maioria das produções encontradas estão concentradas na região Sudeste do Brasil evidenciando que todas as unidades de formação distribuídas por regiões pela ABEPSS possuem instituições públicas. Conclui-se que os significados da Supervisão de estágio em Serviço Social na construção da identidade profissional do assistente social frente aos desafios da intervenção profissional no contexto da sociabilidade capitalista do século XXI estão intrinsecamente relacionados a precarização de políticas públicas sociais, capitalismo contemporâneo, às transformações do mundo do trabalho e a questão social.

Palavras-chave: Supervisão de estágio. Serviço Social. Intervenção Profissional. Sociabilidade Capitalista.

ABSTRACT

The present study aims to identify the meanings of Supervision in Social Work in its dimensions of the profession in the construction of the identity and professional maturity of the social worker in the face of the challenges of professional intervention in the context of 21st-century capitalist sociability. Specifically, this general objective seeks to understand and analyze the context of 21st-century capitalist sociability, which encompasses the challenges of the Social Work professional intervention process, and to comprehend the nature of Supervision in Social Work. This is qualitative research, using the content analysis method supported by bibliographic research and documental research. Having conducted bibliographic research in the CAPES platform database, 77 works were found among theses and dissertations that address Internship Supervision, which focused on the Social Work axis: Professional Training and Work. in the period from 1992 to 2023. However, since this research is focused on Internship Supervision in Social Work within the context of 21st-century capitalist sociability, it was decided to disregard publications prior to the year 2000, as well as works that, although published after 2000, are not directly related to the proposed descriptors (Internship Supervision - Internship - Social Work). Thus, only 53 works were considered, with 16 theses and 37 dissertations. Most of the works found are concentrated in the Southeast region of Brazil, showing that all the training units distributed by region by ABEPSS have public institutions. It can be concluded that the meanings of internship supervision in Social Work in shaping the professional identity of social workers in the face of the challenges of professional intervention in the context of 21st-century capitalist society are intrinsically related to the precariousness of social public policies, contemporary capitalism, changes in the world of work, and social issue.

Key-words: Supervision. Social Service. Professional Intervention. Capitalist Sociability.

LISTAS DE QUADROS

Quadro 1: Relação de publicações sobre Supervisão de estágio no período de 2000-2023 _____ 49

Quadro 2: Relação das Unidades de Formação Acadêmicas afiliadas a ABEPSS por Região: _____ 57

LISTA DE SIGLAS

ABESS	Associação Brasileira de Ensino em Serviço Social
ABEPSS	Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social
CFESS	Conselho Federal de Serviço Social
CRESS	Conselho Regional de Serviço Social
DC	Diretrizes Curriculares
ENESSO	Entidade Nacional dos Estudantes de Serviço Social
IES	Instituição de Ensino Superior
PNE	Plano Nacional de Estágio
UFA	Unidade de Formação Acadêmica
UFT	Universidade Federal do Tocantins

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO.....	12
	CAPÍTULO I.....	18
2	O CONTEXTO DA SOCIABILIDADE CAPITALISTA DO SÉCULO XXI NO SERVIÇO SOCIAL.....	18
2.1	Capitalismo Contemporâneo e a produção das relações sociais.....	24
2.2	Serviço Social e a defesa dos direitos sociais no contexto de desigualdades estruturais.....	26
	CAPÍTULO II.....	34
3	A NATUREZA DA SUPERVISÃO EM SERVIÇO SOCIAL.....	34
3.1	Concepção e legalidade da supervisão de estágio em Serviço Social.....	40
3.2	Formação e trabalho profissional: indissociabilidade no processo de Supervisão de estágio.....	45
	CAPÍTULO III	60
4	OS SIGNIFICADOS DA SUPERVISÃO DE ESTÁGIO NA FORMAÇÃO PROFISSIONAL.....	60
4.1	Perspectiva sócio histórica da supervisão de estágio em Serviço Social.....	62
4.2	Supervisão de estágio e a construção da identidade profissional.....	69
5	CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	73
	REFERÊNCIAS.....	76

1 INTRODUÇÃO

Apresento, na oportunidade esta dissertação enquanto mestranda do curso de mestrado em Serviço Social vinculado o Programa de Pós-graduação em Serviço Social (PPGSSOCIAL) da Universidade Federal do Tocantins - Campus de Miracema, produto construído ao longo de aproximadamente dois anos de inquietações, leituras, orientações, estudos e reflexões, como requisito fundamental a obtenção do título de mestre em Serviço Social. Vale ressaltar também, que este percurso foi permeado de aprendizado que considero bastante significativo enquanto profissional da educação atuando como supervisora acadêmica e para compreensão mais aprofundada sobre meu objeto de pesquisa: Os significados da Supervisão de estágio em Serviço Social na construção da identidade profissional do assistente social frente aos desafios da intervenção profissional no contexto da sociabilidade capitalista do século XXI.

A presente pesquisa tem por objetivo identificar os significados da Supervisão de estágio em Serviço Social nas suas dimensões da profissão na construção da identidade e da maioridade profissional do assistente social frente aos desafios da intervenção profissional no contexto da sociabilidade capitalista do século XXI. De forma específica, esse objetivo geral visa conhecer e analisar o contexto da sociabilidade capitalista do século XXI, que abriga os desafios do processo para intervenção profissional do Serviço Social e compreender a natureza da Supervisão em Serviço Social.

A escolha do objeto de pesquisa se deu em virtude de sua relevância para estudos e está intimamente relacionado à profissão, que tem como característica basilar a intervenção social, por existirem vários desafios vivenciados pelos profissionais envolvidos no processo de Supervisão de estágio em Serviço Social que perduram ainda na atualidade e que necessitam serem desvendados, pois estão intrinsecamente relacionados às dimensões profissional e acadêmica.

E ainda por estar diretamente relacionado a área de atuação profissional em que atuo desde de 2022, na supervisão acadêmica de estágio no curso de Serviço Social e na orientação de Trabalhos de Conclusão de Curso dos alunos de duas instituições de ensino superior privada. Ao longo desse período desenvolvi experiências significativas, mas também, inquietações em relação a Supervisão de estágio em Serviço Social.

Acredita-se que a importância de executar esta pesquisa desenvolverá uma reflexão crítica sobre os significados da supervisão de estágio em Serviço Social na construção da identidade e da maioria profissional¹ do assistente social frente aos desafios da intervenção profissional no contexto da sociabilidade capitalista do século XXI, e poderá contribuir para o debate e compreensão a cerca das situações que ainda permeiam a formação acadêmica e o exercício profissional nos diversos espaços socio-ocupacionais e acadêmico relacionadas às dimensões da formação profissional. Vale ressaltar, que essas dimensões são fundamentais no e para o processo formativo e profissional continuado.

E ainda poderá contribuir no âmbito profissional do Serviço Social, tendo em vista “[...] a conexão intrínseca existente entre o modo de produção capitalista e o Serviço Social, mostra-se necessária a realização de uma reflexão acerca das determinações do capital sobre a conjuntura em que se deu a construção da profissão e na qual hoje ocorre o exercício profissional, abarcando também a centralidade da categoria trabalho e as configurações do mundo do trabalho. (TINTI,2015).

Sendo o Serviço Social, uma profissão inserida na divisão social e técnica do trabalho sob a égide do sistema de produção capitalista numa relação inseparável, desigual e contraditória, alicerçada ao longo do tempo em que a profissão foi construída e que ainda repercute no cotidiano profissional nos dias atuais. Percebe-se que essa relação de contradição e conflitos entre a classe dominante e a classe assalariada, configura-se como desafio da intervenção profissional no contexto em que o capitalismo se revela na sociedade contemporânea, impondo a sociabilidade capitalista no mundo do trabalho.

Vale ressaltar que diante das exigências configuradas atualmente à categoria profissional faz-se necessário uma formação profissional que envolva as dimensões teórico-metodológica, ético-política e técnico-operativa que são fundamentais para o desenvolvimento da identidade e maturidade profissional permitindo aos assistentes sociais uma atuação interventiva, propositiva e investigativa frente os desafios impostos pela classe burguesa, que mantém o controle sobre o modo de produção

¹ Maioridade profissional- Diante do contexto sócio-histórico das conquistas ao longo da atuação profissional do Serviço Social permitiram o amadurecimento da categoria profissional reconhecendo seu papel e consciência crítica sobre os dilemas que ainda perduram, mas também, sobre as perspectivas para a transformação da realidade social

capitalista e da classe assalariada, através de relações sociais e de trabalho fragmentadas, precarizadas, desiguais e contraditórias no contexto da sociabilidade capitalista do século XXI.

Diante de como o capitalismo se impõe política e economicamente sobre a classe trabalhadora na sociedade do século XXI, faz-se necessário discussões em relação a fragmentação e precarização das relações de trabalho e sobre como a influência da intensificação das expressões da questão social pode influenciar na formação profissional do assistente social.

Assim, sendo a Supervisão de estágio em Serviço Social, elemento fundamental na formação acadêmica e profissional do assistente social é preciso que seja desenvolvida abarcando as dimensões teórico-metodológica, ético-política e técnico operativa permitindo que o profissional construa sua identidade profissional, se aproprie do significado social da profissão para que possa atuar de forma efetiva frente os desafios determinados pelo capitalismo contemporâneo.

A partir desse contexto surgem as indagações em explicar os significados da Supervisão de Estágio em Serviço Social na sua dimensão da formação acadêmica para a construção da identidade profissional do assistente social frente aos desafios da intervenção profissional no contexto da sociabilidade capitalista do século XXI. E ao mesmo tempo, propor como objetivos específicos, conhecer o contexto da sociabilidade capitalista do século XXI que abriga desafios para intervenção profissional do Serviço Social e compreender a natureza da Supervisão de Estágio em Serviço Social.

Em relação a metodologia utilizada na presente dissertação, trata-se de pesquisa com abordagem qualitativa, utilizando-se o método de análise de conteúdo apoiada na pesquisa bibliográfica em livros e periódicos e pesquisa documental.

Conforme explica Godoy (1995) a pesquisa qualitativa:

[...] não procura enumerar e/ou medir os eventos estudados, nem emprega instrumental estatístico na análise dos dados. Parte de questões ou focos de interesses amplos, que vão se definindo a medida que o estudo se desenvolve. Envolve a obtenção de dados descritivos sobre pessoas, lugares e processos interativos pelo contato direto do pesquisador com a situação estudada, procurando compreender os fenômenos segundo a perspectiva dos sujeitos, ou seja, dos participantes da situação em estudo (GODOY, 1995, p. 58).

Para Minayo (2010), a pesquisa qualitativa proporciona a construção e/ou revisão de novas abordagens, conceitos e categorias referente ao fenômeno

estudado de uma sociedade, tendo-se respeito pela diversidade existente. [...] se aplica ao estudo da história, das relações, das representações, das crenças, das percepções e das opiniões, produtos das interpretações que os humanos fazem a respeito de como vivem (MINAYO, 2010, p. 57).

A Análise de Conteúdo tem um significado especial no campo das investigações sociais e “[...] constitui-se em bem mais do que uma simples técnica de análise de dados, representando uma abordagem metodológica com características e possibilidades próprias”. “[...] de certo modo a análise de conteúdo, é uma interpretação pessoal por parte do pesquisador com relação à percepção que tem dos dados”. (MORAES, 1999, p. 2-3). Moraes explica ainda que:

A análise de conteúdo tem sua origem no final do século passado. Suas características e diferentes abordagens, entretanto, foram desenvolvidas, especialmente, ao longo dos últimos cinquenta anos. Mesmo tendo sido uma fase de grande produtividade aquela em que esteve orientada pelo paradigma positivista, valorizando sobretudo a objetividade e a quantificação, esta metodologia de análise de dados está atingindo novas e mais desafiadoras possibilidades na medida em que se integra cada vez mais na exploração qualitativa de mensagens e informações. (MORAES, 1999, p. 8).

E conforme Bardin (2011) a análise de conteúdo (2011) está disposta em três fases: 1) pré-análise; 2) exploração do material, categorização ou codificação; 3) tratamento dos resultados, inferências e interpretação.

A etapa da Pré-Análise dará início a organização da análise de conteúdo. Neste momento, [...] estudiosos devem sistematizar as ideias preliminares em quatro etapas, a leitura flutuante; escolha dos documentos; reformulações de objetivos e hipóteses e a formulação de indicadores, as quais nos darão fim à preparação do material como um todo (BARDIN, 2004).

Em seguida, tem-se a fase da exploração do material que compreende:

[...] um conjunto e técnicas de “análise das comunicações, que visa obter, por procedimentos sistemáticos e objetivos de descrição do conteúdo das mensagens, indicadores (quantitativos ou não) que permitem as inferências de conhecimentos relativos de condições de produção/recepção (variáveis inferidas) destas mensagens (BARDIN, 2004, p. 41).

Hjørland (2017) [...] a categorização é flexível e estabelece associações não vinculativas entre entidades, com base na simples identificação de similaridades. [...] é um processo que enfatiza certas características do mundo, dividindo-o em pedaços e destacando a pertinência de entidades a determinadas categorias. (HJØRLAND, 2017, p.100).

A Princípio as categorias delimitadas para este estudo são: identidade profissional, estágio supervisionado, supervisão de estágio, formação profissional e o mundo do trabalho. E pretende-se analisá-las seguindo os critérios apresentados por Bardin (1977) e Franco (2008): Homogeneidade, “um único princípio de classificação deve governar a sua organização” (BARDIN, 1977, p. 120); pertinência “uma categoria é considerada pertinente quando está adaptada ao material de análise escolhido, e quando pertence ao quadro teórico definido” (Bardin, 1977, p. 120); objetividade e a fidelidade “As diferentes partes de um mesmo material, ao qual se aplica a mesma grelha categorial, devem ser codificadas da mesma maneira, mesmo quando submetida a várias análises” (BARDIN, 1977, p. 120); produtividade “Um conjunto de categorias é produtivo se fornece resultados férteis: férteis em índices de inferências, em hipóteses novas e em dados exatos” (BARDIN, 1977, p. 120-121).

E a fase do tratamento dos resultados, inferências e interpretação que constitui [...] “a operação lógica, pela qual se admite uma proposição em virtude da sua ligação com outras proposições já aceitas como verdadeiras” (BARDIN, 2011, p. 41).

Para Bauer [...] A validade da AC deve ser julgada não contra uma ‘leitura verdadeira’ do texto, mas em termos de sua fundamentação nos materiais pesquisados e sua congruência com a teoria do pesquisador, e à luz de seu objetivo de pesquisa. Um corpus de texto oferece diferentes leituras, dependendo dos vieses que ele contém (BAUER, 2008, p. 191).

E para a pesquisa nas produções bibliográficas utilizou-se os seguintes descritores: “estágio em Serviço Social”, “Supervisão em Serviço Social”; “Supervisão de estágio;” e “Supervisão de estágio em Serviço Social”. Em seguida, relacionou-se autores, título e classificação da produções e período das publicações que tratam sobre os “significados da Supervisão de estágio em Serviço Social na construção da identidade profissional do assistente social”, através de leituras dos resumos de todas as teses e dissertações selecionadas.

Foram encontrados na base de dados da plataforma da CAPES 77 produções no entre teses e dissertações que tratam da Supervisão de estágio, que se concentraram no eixo Serviço Social: Formação e Trabalho Profissional, no período entre os anos de 1992 a 2023. No entanto, por tratar-se de pesquisa centrada na supervisão de estágio em Serviço Social no contexto da sociabilidade capitalista do

século XXI optou-se por desconsiderar as publicações anteriores ao ano de 2000 e também as produções que embora posteriores ao ano de 2000 não estão diretamente relacionadas aos descritores propostos (Supervisão de estágio - Estágio - Serviço Social). Assim considerou-se apenas 53 trabalhos publicados, sendo 16 teses e 37 dissertações. A maioria das produções encontradas estão concentradas na região Sudeste do Brasil especificamente no estado de São Paulo e provenientes de universidades públicas.

Conforme Fonseca (2002) a pesquisa bibliográfica é realizada

[...] a partir do levantamento de referências teóricas já analisadas, e publicadas por meios escritos e eletrônicos, como livros, artigos científicos, páginas de web sites. Qualquer trabalho científico inicia-se com uma pesquisa bibliográfica, que permite ao pesquisador conhecer o que já se estudou sobre o assunto. (FONSECA, 2002, p. 32).

Para Boccato (2006), através da pesquisa bibliográfica busca-se:

[...] a resolução de um problema (hipótese) por meio de referenciais teóricos publicados, analisando e discutindo as várias contribuições científicas. Esse tipo de pesquisa trará subsídios para o conhecimento sobre o que foi pesquisado, como e sob que enfoque e/ou perspectivas foi tratado o assunto apresentado na literatura científica. Para tanto, é de suma importância que o pesquisador realize um planejamento sistemático do processo de pesquisa, compreendendo desde a definição temática, passando pela construção lógica do trabalho até a decisão da sua forma de comunicação e divulgação (BOCCATO, 2006, p. 266).

O pesquisador quando faz uso da pesquisa documental deve enxergar os documentos como meios de comunicação com um propósito e uma finalidade. Desse modo, é necessário entender quem o produziu, sua finalidade, a quem desejava atingir e a sua intenção de modo a contextualizar a informação e produzir novas versões sobre eventos (FLICK, 2009).

Sá-Silva, Almeida e Guindani (2009) apontam que:

Quando um pesquisador utiliza documentos objetivando extrair deles informações, ele o faz investigando, examinando, usando técnicas apropriadas para seu manuseio e análise; segue etapas e procedimentos; organiza informações a serem categorizadas e posteriormente analisadas; por fim, elabora sínteses, ou seja, na realidade, as ações dos investigadores cujos objetos são documentos estão impregnadas de aspectos metodológicos, técnicos e analíticos (SÁ-SILVA; ALMEIDA; GUINDANI, 2009, p. 4)

De acordo com Cellard (2008), a utilização de documentos como fonte de pesquisa deve ser valorizada, pois a riqueza de informações extraídas e resgatadas justificam o seu uso em vários campos das Ciências Humanas e Sociais.

Sendo assim, [...] são considerados uma fonte genuína de informações, pois tem sua origem em um determinado contexto histórico, econômico e social, retratando e fornecendo dados sobre esse mesmo contexto (GODOY, 1995).

Segundo Lakatos e Marconi (2003), as fontes utilizadas na pesquisa documental incluem:

dois tipos de documentos escritos e iconográficos. Os escritos são aqueles documentos parlamentares, documentos jurídicos, fontes estatísticas, publicações administrativas, documentos particulares, entre outros. Os documentos iconográficos são aqueles compostos por imagens, desenhos, pinturas. Além deles, há ainda as fotografias, os objetos, as canções folclóricas, o vestuário e o folclore (LAKATOS; MARCONI, 2003, p.175).

Na presente pesquisa utilizou-se análise documental fundamentada em documentos normativos da profissão e em produções teóricas sobre supervisão de estágio em Serviço Social. Foram utilizados, especialmente, a Política Nacional de Estágio da ABEPSS (2010), as Diretrizes Gerais para o Curso de Serviço Social (ABESS; CEDEPSS, 1997) e o Código de Ética Profissional do Assistente Social (CFESS, 1993). Além disso, recorreu-se às contribuições teóricas de autores que discutem a formação profissional e o estágio supervisionado, como Iamamoto (2009), Yazbek (2009), Lewgoy (2010) e Buriolla (2003), que analisam a supervisão como espaço pedagógico fundamental para a construção da identidade profissional do assistente social.

A seguir apresentamos a estrutura em que está disposta essa dissertação em três capítulos.

No primeiro capítulo, retrata o contexto da sociabilidade capitalista do século XXI no Serviço Social e como o capitalismo está caracterizado na contemporaneidade através de relações sociais e de trabalho fragmentadas, contraditórias e precárias entre a classe burguesa e a classe assalariada, onde o controle do modo de produção capitalista, encontra-se determinado pela classe dominante, a classe burguesa que impõe a sociabilidade capitalista no mundo do trabalho. E aborda ainda, as repercussões, contradições e antagonismos presentes nesta sociabilidade capitalista que influenciam no Serviço Social na contemporaneidade.

O segundo capítulo aborda a natureza da Supervisão de Estágio em Serviço Social, enfatizando a indissociabilidade da supervisão de estágio do processo de formação profissional desde sua concepção, legalidade e aspectos da formação e

trabalho profissional. Ressalta ainda, a Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social (ABEPSS) e o Conselho Federal de Serviço Social (CFESS), como as entidades representativas da categoria profissional que regulam a profissão respectivamente através das Diretrizes Curriculares de 1996 e da Resolução nº 533/2008. do CFESS, que dispõe sobre a supervisão direta de estágio. E discorre também sobre o estágio supervisionado e suas características enquanto locus gerador de aprendizagens teórico-metodológicas e técnicas, e sua importância no processo de formação profissional do Serviço Social.

No último capítulo, apresenta os significados da Supervisão de Estágio na formação profissional e perspectiva sócio histórica da Supervisão de estágio em Serviço Social, contextualizando Supervisão de estágio e a construção da identidade profissional destacando que é preciso abarcar as dimensões teórico-metodológica, ético-política e técnico-operativa para formação acadêmica e profissional interventiva, propositiva e investigativa. E em seguida traz considerações acerca da pesquisa realizada. Vale frisar que por se tratar de tema essencial e complexo da formação profissional, torna-se inesgotável para pesquisas apontamentos acerca da formação profissional.

CAPÍTULO I

2 O CONTEXTO DA SOCIABILIDADE CAPITALISTA DO SÉCULO XXI NO SERVIÇO SOCIAL

Nesse primeiro capítulo, apresenta-se o contexto da sociabilidade capitalista do século XXI no Serviço Social, retratando-se as relações sociais e de trabalho configuradas nos dias atuais sob a égide do sistema capitalista. Traz ainda abordagem dos aspectos característicos do capitalismo contemporâneo na sociabilidade capitalista e sua relação social e de trabalho no mundo do trabalho. E por fim, mostra as repercussões, contradições e antagonismos presentes na sociabilidade capitalista que repercutem no Serviço Social.

A sociabilidade capitalista no século XXI é marcada por profundas transformações econômicas, políticas e sociais, decorrentes da reestruturação produtiva da globalização econômica e da hegemonia do neoliberalismo. O neoliberalismo constitui uma orientação política e econômica que defende a redução do papel do Estado na economia e a ampliação da lógica de mercado na organização da vida social. Percebe-se que na sociabilidade capitalista, no mundo do trabalho, a divisão do trabalho abarca relação social e técnica. Diga-se social, pois refere-se ao lócus onde se configuram as relações sociais e de trabalho permeada de contradições, fragmentações, desigualdade e indissociabilidade entre capital e trabalho. E a técnica, pois compreende ao tipo de trabalho em que se realiza e situa-se na especialização do trabalho coletivo, podendo ser material ou intelectual.

Nesse contexto, as relações sociais tornam-se cada vez mais marcadas pela mercantilização da vida, pela ampliação das desigualdades sociais e pela precarização das condições de trabalho e de acesso aos direitos sociais. As mudanças ocorridas no mundo do trabalho, associadas à reestruturação produtiva e ao fortalecimento da lógica do capital financeiro, impactam diretamente a vida da classe trabalhadora e intensificam as expressões da questão social, que passam a exigir respostas cada vez mais complexas das políticas públicas frente aos desafios impostos nas relações sociais e de trabalho pelo sistema capitalista.

É nesse contexto contraditório que o Serviço Social desenvolve sua atuação profissional. Inserido na divisão sociotécnica do trabalho, o assistente social enfrenta

desafios cada vez mais complexos, decorrentes tanto da ampliação das demandas sociais quanto das limitações institucionais impostas pela precarização das políticas públicas e das condições de trabalho profissional. Dessa forma, o exercício profissional exige capacidade crítica para compreender as determinações estruturais da sociedade capitalista e para construir estratégias de intervenção comprometidas com a defesa dos direitos da classe trabalhadora.

No século XXI, o Serviço Social é constantemente tensionado pelas exigências institucionais relacionadas à produtividade, ao controle de resultados e à racionalização dos recursos públicos. Entretanto, o Serviço Social, orientado pelo projeto ético-político da profissão, busca afirmar uma direção profissional comprometida com a justiça social, a democracia e a emancipação humana. Nesse sentido, o trabalho do assistente social ultrapassa a dimensão técnico-operativa, exigindo posicionamento ético e político diante das desigualdades e das violações de direitos presentes na sociedade contemporânea.

De acordo com Antunes (2002):

A crise do padrão de acumulação taylorista/fordista, que aflorou em fins dos anos 60 e início dos 70 – em verdade, expressão de uma crise estrutural do capital que se estende até os dias atuais –, fez com que, entre tantas outras consequências, o capital implantasse um vastíssimo processo de reestruturação, visando à recuperação do seu ciclo produtivo e, ao mesmo tempo, à reposição de seu projeto de dominação societal, abalados pela confrontação e conflitualidade do trabalho que questionaram alguns dos pilares da sociabilidade do capital e de seus mecanismos de controle social. (ANTUNES, 2002, p. 23).

Torna-se evidente que a crise estrutural do capital ainda repercute no mundo contemporâneo, onde as relações sociais e de trabalho configuradas sob as determinações da divisão social do trabalho, e sob o controle da classe dominante tornam-se cada vez mais precárias e fragmentadas, intensificando os conflitos e contradições entre a classe burguesa e a classe trabalhadora, em virtude da reestruturação produtiva do capital e da acumulação de riqueza no contexto da sociabilidade capitalista.

Segundo Marx (1996, p.297) “[...] o trabalho é um processo entre o homem e a natureza”. Em outros termos, a força de trabalho ou capacidade de trabalho é compreendida como o conjunto das faculdades físicas e espirituais que existem na corporalidade, na personalidade viva de um homem e que ele põe em movimento toda vez que produz valores de uso de qualquer espécie (MARX, 1996).

No Serviço Social, o trabalho é entendido como a atividade concreta que o

homem realiza para produzir bens ou serviços, mas também como um espaço de experiência social que impacta diretamente na atuação profissional e nas relações sociais. Já a força de trabalho é a capacidade física e cognitivas que o indivíduo possui, para oferecer em troca de salário. Portanto, enquanto o trabalho se refere à produção em si, a força de trabalho refere-se à condição humana de poder produzir.

O trabalho do assistente social expressa articulação de conhecimentos e luta por espaços no mercado de trabalho, atribuições e competências respaldadas legalmente através da Lei de Regulamentação Profissional, Código de Ética, do Projeto ético-político e das Diretrizes Curriculares que busca incessantemente um movimento dinâmico e dialético de trabalhadores que repensam suas necessidades humanas enquanto ser social e a sua intervenção no campo da ação profissional.

É pelo trabalho que as necessidades humanas são correspondidas, ao mesmo tempo em que o trabalho cria novas necessidades (IAMAMOTO, 2012). Assim, o trabalho trata-se de uma atividade constitutiva do ser social, que dispõe de uma centralidade na vida dos homens (MARX,1996; IAMAMOTO, 2012).

As transformações que vem ocorrendo no mundo do trabalho, relacionadas a divisão de trabalho e divisão social do trabalho no contexto da sociabilidade capitalista contemporânea tem determinado como as relações sociais e relações do mundo do trabalho se estabelecem na sociedade, politicamente e economicamente impostas pelo capitalismo. Essa relação estabelecida do modo de subsunção do trabalho ao capital constituem a sociabilidade capitalista, reforçando o controle deste sistema sobre a força de trabalho. E estando o Serviço Social inserido na divisão social do trabalho, está condicionado as relações sociais capitalistas.

De acordo com Iamamoto (2000) afirma que:

O Serviço Social se gesta e se desenvolve como profissão reconhecida na divisão social do trabalho, tendo por pano de fundo o desenvolvimento capitalista industrial e a expansão urbana, processos esses aqui apreendidos sob o ângulo das novas classes sociais emergentes – a constituição e expansão do proletariado e da burguesia industrial – e das modificações verificadas na composição dos grupos e frações de classes que compartilham o poder de Estado em conjunturas específicas. É nesse contexto, em que se afirma a hegemonia do capital industrial e financeiro, que emerge sob novas formas a chamada “questão social”, a qual se torna a base de justificação desse tipo de profissional especializado (IAMAMOTO, 2000, p.77).

Pode-se observar que as relações sociais e de trabalho configuradas nos dias atuais sob a égide do sistema capitalista desencadeiam a precarização das

condições de trabalho e das relações sociais que se estabelecem no modo de produção capitalista, numa relação extremamente desigual, onde a premissa alicerçada pela classe burguesa ao longo do processo histórico-social se concentra na acumulação do capital e no controle sobre o modo de produção capitalista.

Dessa maneira, o Serviço Social enfrenta o desafio de construir respostas profissionais diante do agravamento das expressões da questão social, como o aumento da pobreza, da violência, da insegurança alimentar e das diversas formas de exclusão social. Essas demandas exigem do profissional não apenas domínio técnico, mas também capacidade analítica e compromisso ético-político para atuar na defesa dos direitos sociais e na construção de estratégias coletivas de enfrentamento das desigualdades.

Nesse contexto, o projeto ético-político do Serviço Social assume centralidade, ao reafirmar o compromisso da profissão com a defesa intransigente dos direitos humanos, da cidadania e da democracia. A atuação profissional fundamentada nesse projeto busca fortalecer a participação social, ampliar o acesso aos direitos e contribuir para a construção de uma sociedade menos desigual. Assim, mesmo diante das limitações impostas pela sociabilidade capitalista, o Serviço Social mantém seu compromisso histórico com a luta por justiça social e com a emancipação humana.

Assim, compreender a sociabilidade capitalista no século XXI é fundamental para analisar os desafios contemporâneos do Serviço Social e as condições em que se realiza o trabalho profissional. O assistente social atua em uma realidade marcada por contradições e disputas de projetos societários, o que exige formação crítica, posicionamento ético e capacidade de intervenção qualificada. Assim, o Serviço Social reafirma sua importância enquanto profissão comprometida com a defesa dos direitos sociais e com a transformação da realidade social.

A transformação da realidade social no contexto da sociabilidade capitalista encontra limites nas próprias contradições estruturais do sistema, especialmente na manutenção do poder econômico e político da burguesia. Enquanto classe detentora dos meios de produção, a burguesia exerce influência direta sobre a organização da economia, das relações de trabalho e das políticas sociais, buscando preservar as condições necessárias para a acumulação do capital. Nesse sentido, muitas das desigualdades sociais presentes na sociedade contemporânea não se configuram como fenômenos isolados ou ocasionais, mas como expressões inerentes ao modo

de produção capitalista. Conforme analisa Marx (2013), a dinâmica do capital produz simultaneamente riqueza e pobreza, concentrando os recursos socialmente produzidos nas mãos de uma minoria, enquanto grande parte da população enfrenta condições de exploração e exclusão social.

Diante dessa realidade, a transformação social exige a construção de processos coletivos de resistência e luta pela ampliação de direitos e pela superação das desigualdades estruturais. Nesse contexto, o Serviço Social assume importante papel ao desenvolver ações voltadas à defesa dos direitos sociais e ao fortalecimento da participação da classe trabalhadora nos espaços de organização e controle social. A atuação profissional crítica busca contribuir para o fortalecimento de postura crítica e reflexiva e para a construção de estratégias que enfrentem as formas de dominação reproduzidas pela lógica burguesa. Assim, a transformação da realidade social

Nesse contexto evidencia-se as contradições e conflitos em que está configurada a classe trabalhadora sob os ditames da classe burguesa, que mantém controle sobre o modo de produção capitalista e que determina as relações sociais e de trabalho na sociedade capitalista desde a origem do capitalismo, como sistema econômico e social, caracterizado pela propriedade privada e acumulação do capital. Desde a consolidação do capitalismo como sistema econômico e social, fundamentado na propriedade privada e na acumulação de capital, as relações entre capital e trabalho passaram a ser marcadas por profundas desigualdades e por interesses antagônicos entre as classes sociais. Sendo assim, a classe trabalhadora vende sua força de trabalho em troca de salário, enquanto a burguesia concentra os meios de produção e apropria-se da riqueza socialmente produzida, reforçando processos de exploração e dominação social.

Conforme Marx e Engels (2013, p.12) “a burguesia só pode existir com a condição de revolucionar incessantemente os instrumentos de produção, por conseguinte, as relações de produção e, com isso, todas as relações sociais”.

Essa dinâmica contribui para a manutenção das desigualdades sociais e para a intensificação das expressões da questão social, uma vez que a lógica capitalista prioriza a acumulação de lucro em detrimento das necessidades humanas e da garantia de direitos sociais. As transformações ocorridas no capitalismo contemporâneo, especialmente com a financeirização da economia e a flexibilização das relações de trabalho, aprofundam ainda mais a precarização das condições de

vida da classe trabalhadora, ampliando situações de desemprego, informalidade e exclusão social. Dessa forma, a sociabilidade capitalista estrutura-se a partir de relações desiguais de poder e exploração, impactando diretamente a realidade social em que está inserida a classe trabalhadora fortalecimento de políticas públicas sociais.

De acordo com Yazbek (2024):

Compreender o capitalismo em seu movimento histórico e sua crise atual é fundamental para analisar o tempo presente, com suas manifestações e devastações, especialmente no mundo do trabalho. As terceirizações, os processos de “uberização” e as formas de trabalho análogo à escravidão, alinhados ao desmonte das políticas públicas de reprodução social, são alguns dos exemplos que evidenciam essa crise (YAZBEK, 2024, p.10).

O capitalismo no decorrer do processo histórico-social demonstra relações antagônicas e contraditórias vinculadas às lutas de classes, às condições concretas dos processos de trabalho e aos interesses opostos, entre as relações sociais e de trabalho, em que estão configuradas a classe burguesa e a classe assalariada no mundo do trabalho.

Além disso, a permanência da hegemonia burguesa no sistema capitalista contribui para a reprodução de relações sociais profundamente desiguais, nas quais a concentração de riqueza ocorre simultaneamente ao aumento da pobreza e da exclusão social. Nesse cenário, o Estado desempenha papel contraditório, uma vez que, ao mesmo tempo em que implementa políticas sociais voltadas ao atendimento das demandas da população, também atua na manutenção da ordem capitalista e na reprodução das relações de dominação. As políticas sociais, portanto, passam a ser tensionadas entre a garantia de direitos e as exigências de contenção de gastos e racionalização impostas pela lógica neoliberal.

Diante desse contexto, o Serviço Social insere-se como profissão que atua diretamente nas expressões da questão social, enfrentando cotidianamente as consequências das desigualdades produzidas pela sociabilidade capitalista. O assistente social, ao desenvolver seu trabalho nas políticas públicas e nos diversos espaços sócio-ocupacionais, lida com demandas relacionadas à pobreza, à violação de direitos e à precarização das condições de vida da população. Conforme afirma Iamamoto (2007), o trabalho profissional do assistente social encontra-se inserido nas contradições da sociedade capitalista, exigindo do profissional uma postura crítica e comprometida com a defesa dos direitos sociais e da cidadania. Assim, o

Serviço Social reafirma seu compromisso ético-político com a classe trabalhadora, buscando construir estratégias de intervenção que contribuam para o fortalecimento da participação social, da ampliação de direitos e da luta por uma sociedade mais justa e igualitária.

Segundo Cesar, Sá e Melo (2023) aduzem que:

[...] o mundo, atualmente, evidencia a reposição da precariedade estrutural da força de trabalho sob o sistema capitalista, pela ampliação do exército de reserva e pelo processo de precarização das condições de venda da força de trabalho e das condições de vida e existência, atendendo às necessidades e interesses da acumulação do capital no processo histórico-social, marcado pela financeirização e pelo (ultra)neoliberalismo (CESAR, SÁ, MELO, 2023, p. 423).

No capitalismo, a sociabilidade é estruturada a partir da propriedade privada dos meios de produção, da exploração da força de trabalho e da produção de mercadorias como forma predominante de organização da vida econômica. Essas características estruturam relações sociais marcadas por desigualdades, conflitos e contradições que se expressam em diferentes dimensões da vida social. Nesse contexto contemporâneo tem-se a intensificação do processo de precarização das relações de trabalho na sociedade capitalista em virtude, entre outros aspectos da reorganização do capital e de seu sistema político e ideológico de dominação, centrados na acumulação do capital e na propriedade privada, marcado pelo neoliberalismo e pela financeirização.

No Brasil, a precarização do trabalho não pode ser tratada como um fenômeno novo, considerando sua existência desde os primórdios da sociedade capitalista urbano-industrial. As diferentes formas de precarização do trabalho e do emprego assumem na atualidade novas configurações e manifestações, especialmente a partir dos anos 1990, quando se presenciam mais claramente os influxos da crise de acumulação, da contrarreforma do Estado e da efetivação das políticas neoliberais (RAICHELIS, 2009).

Pode-se perceber que no contexto da sociabilidade capitalista que a divisão do trabalho capitalista e a divisão social do trabalho mantem uma relação antagônica, contraditória e desigual do ponto de vista das condições de venda da força de trabalho e das relações sociais de trabalho diante o sistema capitalista. Do ponto de vista do sistema capitalista, tem-se cada vez mais a apropriação privada e concentração dos meios de produção por parte da classe burguesa, intensificadas pela financeirização e ultraneoliberalismo tão presentes no capitalismo

contemporâneo conseguindo impor uma aparente sociabilidade².

A compreensão da sociabilidade capitalista é fundamental para a análise da realidade social contemporânea e para o entendimento do papel desempenhado pelo Serviço Social na sociedade. O conceito de sociabilidade refere-se às formas pelas quais os indivíduos se relacionam e organizam a vida social, sendo estas profundamente condicionadas pelas estruturas econômicas, políticas e culturais que caracterizam determinado modo de produção.

Assim torna-se evidente que neste contexto têm-se intensificado as contradições e antagonismo nas relações sociais entre a classe burguesa e a classe trabalhadora, tornando-se cada vez maior a exploração do trabalho, a opressão e as desigualdades sociais sofridas pela classe trabalhadora, ao mesmo tempo, em que a classe burguesa, mantém a dominação sobre a sociedade, por meio do controle do meios de produção no mundo contemporâneo.

Conforme Iamamoto (2012):

Observa-se que nas últimas duas décadas cresce o problema central do mundo contemporâneo, sob o domínio do grande capital financeiro para a classe trabalhadora, por exemplo: o desemprego e a crescente exclusão de contingentes expressivos de trabalhadores da possibilidade de inserção ou reinserção no mercado de trabalho, que se torna estreito em relação a oferta de força de trabalho disponível. Essa redução do emprego, aliada à retração do Estado em suas responsabilidades públicas no âmbito dos serviços e direitos sociais, faz crescer a pobreza e a miséria e passa a comprometer os direitos sociais e humanos, inclusive o direito à própria vida (IAMAMOTO, 2012).

Diante do avanço do neoliberalismo e da mercantilização das políticas públicas sociais no mundo contemporâneo, o profissional do Serviço Social enfrenta dentre outros desafios, o de atuar cotidianamente em espaços sócio-ocupacionais precários, onde a realidade social se expressa num cenário de intensificação dos conflitos sociais, retrocesso de direitos sociais e na pauperização do trabalho. E especificamente na educação, essa realidade se expressa pela redução de investimentos públicos, pela dificuldade de acesso e permanência dos estudantes e pela transformação da educação em mercadoria.

Pereira (2009) afirma que:

No contexto de aprofundamento do projeto neoliberal, políticas sociais como saúde, previdência e educação [...] foram relegadas a último plano, com

² O Termo aparente sociabilidade se refere como estão configuradas de maneira ilusória, fragmentada e desigual, as relações sociais e de trabalho dos indivíduos no mundo do trabalho, sob o controle do sistema de produção capitalista.

ações focalistas dos Estados [...] passaram a ser concebidas como “serviços”, cujos objetivos pautam-se na lógica mercantil e têm como finalidade última a obtenção do lucro. (PEREIRA, 2009, p. 269)

Com o avanço do neoliberalismo no Brasil promoveram-se profundas transformações nas políticas públicas sociais, especialmente na educação, saúde e previdência social. Embora as políticas públicas sociais e educacionais tenham significativa importância para a sociedade, no que diz respeito a garantia dos direitos sociais para sociedade, nesse cenário, ocupam papel irrelevante, apenas com ações pontuais e paliativas, cujos os objetivos estão voltados a acumulação do capital e expansão da propriedade privada. Segundo Harvey (2008) “O neoliberalismo é, em essência, um projeto político destinado a restabelecer as condições de acumulação do capital e restaurar o poder das elites econômicas” (HARVEY, 2008, p. 19).

A implementação de políticas neoliberais implicou profundas mudanças nas políticas públicas e na organização do Estado. Entre essas mudanças destacam-se a privatização de serviços públicos, a redução dos investimentos sociais, a flexibilização das relações de trabalho e a ampliação da lógica mercantil na gestão das políticas sociais. Essas transformações têm produzido impactos significativos nas condições em que se configuram a divisão social de trabalho na sociedade, onde a classe dominante tem como premissas a acumulação do capital e expansão da propriedade privada, enquanto a classe trabalhadora enfrenta a intensificação dos processos crescentes de precarização do trabalho e de restrição no acesso aos direitos sociais.

Um dos elementos centrais da sociabilidade capitalista contemporânea é a intensificação da precarização do trabalho. As transformações tecnológicas e organizacionais ocorridas nas últimas décadas provocaram profundas mudanças na forma como o trabalho é organizado. O capitalismo contemporâneo tem produzido uma nova morfologia do trabalho, intensificando as desigualdades sociais, a ampliação do trabalho precário e a informalidade ocupacional. De acordo com Antunes (2009) “A nova morfologia do trabalho evidencia a expansão do trabalho precário, intermitente e informal, resultante das transformações do capitalismo contemporâneo” (ANTUNES, 2009, p. 104).

Nesse contexto de contradições, antagonismos e fragmentações nas relações sociais e de trabalho o projeto profissional do Serviço Social se desenvolve em meio às tensões impostas pela condição do assistente social enquanto trabalhador

assalariado, inserido nas relações de produção capitalista e subordinado às determinações institucionais e ao mercado de trabalho. Paulo Netto aponta que “uma profissão é sempre um campo de lutas que os diferentes segmentos da categoria, expressando a diferenciação ideopolítica existente na sociedade, procuram elaborar uma direção social estratégica para sua profissão” (PAULO NETTO, 1996, p. 116).

Observa-se que os projetos profissionais coletivos construídos sofrem permanente tensão e influências da sociedade capitalista, e especificamente o projeto ético-político do Serviço Social, vem enfrentando um dos seus principais desafios que é reafirmar os princípios éticos-políticos da profissão na defesa intransigente da emancipação humana, tendo em vista que atuação profissional do Serviço Social está vinculada a lógica do modo de produção capitalista, o que dificulta a materialização do projeto ético-político da profissão.

As condições atuais do capitalismo contemporâneo, globalização financeira dos capitais e sistemas de produção apoiados intensivamente nas tecnologias de informação promovem expressivas mudanças nas formas de organização e gestão do trabalho decorrendo daí a existência de amplos contingentes de trabalhadores flexibilizados, informalizados, precarizados, pauperizados, desprotegidos de direitos e desprovidos de organização coletiva (ANTUNES, 2005).

No âmbito do Serviço Social, intensificam-se os processos de terceirização, e subcontratação de serviços dos assistentes sociais por parte de empresas de serviços e na prestação de serviços aos governos e estimulação para o exercício profissional privado, temporário, em função das novas formas de gestão das políticas públicas sociais. Essa prática tem ocorrido, sobretudo, por meio de empresas prestadoras de serviços, organizações governamentais e não governamentais.

Tal cenário direciona para a consolidação de um modelo de exercício profissional caracterizado pela prestação de serviços de forma privada e temporária. Essa configuração está diretamente relacionada às novas formas de gestão das políticas públicas sociais, marcadas pela lógica neoliberal, pela flexibilização das relações de trabalho e pela redução do papel do Estado na execução direta das políticas públicas.

Esse cenário determinado pelo capitalismo contemporâneo traz implicações diretas para o projeto ético-político do Serviço Social, no que diz respeito a

autonomia profissional e a qualidade dos serviços prestados à população usuária. O trabalho passa a ser mediado por critérios de produtividade, eficiência e redução de custos, o que vai em descontra com o que preconizam o Projeto ético-político e Código de ética profissional que enfatizam a defesa intransigente da emancipação humana por meio da transformação da realidade social.

Percebe-se assim, que as relações sociais e de trabalho alicerçadas pelo capitalismo contemporâneo que estabelece a sociabilidade capitalista do séc. XXI intensifica as relações contraditórias e antagônicas entre capital e o trabalho, por meio da precarização, pauperização e flexibilização nas relações sociais e de trabalho que favorecem o enfraquecimento da categoria profissional, dificultando a defesa de condições dignas de trabalho e do fortalecimento das políticas públicas como espaços de garantia de direitos na qual o profissional se vê desafiado a manter o compromisso ético-político da profissão em um cenário de crescente mercantilização e precarização das relações de trabalho. A sociabilidade capitalista, portanto, produz e reproduz relações sociais marcadas pela exploração e pela dominação, ao mesmo tempo em que cria condições para a resistência e a luta social.

2.1 Capitalismo contemporâneo e a produção das relações sociais

O capitalismo do séc. XXI, passa por profundas transformações que impactam diretamente a produção das relações sociais. A compreensão do capitalismo contemporâneo como modo de produção é central para a análise das relações sociais e, conseqüentemente, para o entendimento do campo de atuação do Serviço Social. A sociabilidade capitalista se estrutura a partir de categorias fundamentais como a propriedade privada dos meios de produção, a exploração da força de trabalho, a divisão social e técnica do trabalho e a produção de mercadorias. Esses elementos conformam uma dinâmica social marcada por desigualdades estruturais e antagonismos de classe.

Nesse contexto, o trabalho assume papel central na produção das relações sociais. É por meio do trabalho que os indivíduos se inserem na sociedade e participam do processo de produção e reprodução da vida social. No entanto, sob a lógica capitalista, o trabalho é subordinado à lógica da acumulação de capital, sendo transformado em mercadoria.

O capitalismo contemporâneo tem apresentado um quadro de efeitos desastrosos e devastadores que incide diretamente sobre amplos setores da sociedade. Estamos assistindo a um fenômeno que transforma a barbarização da vida social em banalidade cotidiana. Torna-se evidente que as relações sociais no capitalismo não se dão de forma harmônica, mas são permeadas por tensões e contradições decorrentes da apropriação desigual da riqueza socialmente produzida.

Essa condição implica a alienação do trabalhador em relação ao produto de seu trabalho, ao processo produtivo e à própria condição humana. As relações sociais passam a ser mediadas pela mercadoria, o que contribui para a naturalização das desigualdades sociais e para a invisibilização das relações de exploração.

Dessa forma, as desigualdades sociais não são resultado de falhas individuais, mas expressão das contradições estruturais do modo de produção capitalista. Tais desigualdades se manifestam nas diversas expressões da questão social, que constituem o objeto de intervenção do Serviço Social.

Estes tempos perversos refletem o auge da maturidade da ordem vigente e incidem sobre todas as instituições e organizações que estruturam a sociedade capitalista. Propiciam implicações diretas no Serviço Social, pois constituem suas bases sócio-históricas. Desta forma, “o período contemporâneo apresenta uma nova situação a ser enfrentada, e pode-se afirmar que é uma das mais duras que a categoria profissional já passou” (ABRAMIDES, 2007, p. 37).

Conforme Iamamoto (2012), isso significa que:

O assistente social ao se afirmar socialmente como trabalhador assalariado, inserido no mercado de trabalho, passa por uma relação de compra e venda da sua força de trabalho especializada com organismos empregadores, estatais ou privados, configurando-se numa relação de compra e venda de mercadorias em que sua força de trabalho é mercantilizada. Assim não dispõem de todos os meios e condições necessários para efetivação de seu trabalho, parte dos quais lhes são fornecidos pelas entidades empregadoras porque ao vender sua força de trabalho em troca de salário, o profissional entrega ao seu empregador o seu valor de uso ou direito de consumi-la durante a jornada de trabalho estabelecida (IAMAMOTO, 2012).

O capitalismo na contemporaneidade intensifica o acirramento dos conflitos sociais em virtude das relações sociais e de trabalho precárias, fragmentadas e desiguais em que estão impostas na sociedade capitalista. Essas relações sociais e de trabalho no atual mundo do trabalho, influenciam diretamente no Serviço Social, tendo em vista a categoria profissional está inserida na divisão social do trabalho.

No campo do Serviço Social, a compreensão dessas contradições é realizada por meio da categoria analítica da questão social. A questão social refere-se ao conjunto de desigualdades produzidas no interior das relações capitalistas de produção e reprodução social. É a partir das expressões da questão social que se apresentam o cotidiano do exercício profissional. De acordo com Iamamoto (2014), “A questão social é indissociável da sociabilidade capitalista e expressa as desigualdades econômicas, políticas e culturais produzidas pelas relações sociais de produção” (IAMAMOTO, 2014, p. 27).

Nesse sentido, o Serviço Social emerge historicamente como uma profissão vinculada à gestão dessas expressões da questão social. Isso significa que o Serviço Social enquanto categoria profissional está vinculada diretamente às necessidades do Estado e da classe dominante para dirimir os conflitos sociais produzidos pelo capitalismo. Conforme Paulo Netto (2011): “O Serviço Social surge vinculado às estratégias de enfrentamento das expressões da questão social no interior da sociedade capitalista” (PAULO NETTO, 2011, p. 25).

Foram as profundas transformações societárias emergentes desde a década de 1970 que redesenharam amplamente o perfil do capitalismo contemporâneo está claro que, planetarizado, esse capitalismo apresenta traços novos e processos inéditos (PAULO NETTO, 2012, p. 416).

A partir da década de 70 o capitalismo passa por um redesenho estrutural no modo de produção capitalista e nas relações sociais na sociedade capitalista, impulsionado pela retomada do processo de acumulação de capital e pelo neoliberalismo econômico, a fim de estabelecer uma sociedade de mercado.

Diante do contexto neoliberal e das requisições impostas ao Serviço Social pelo reordenamento do capital e do trabalho é necessário apoderar-se dos pressupostos que balizam a formação profissional, para compreender as repercussões que o desenvolvimento capitalista industrial e a expansão urbana desencadeiam no mercado profissional de trabalho e para o agravamento da questão social. Sendo a questão social, o eixo central que justifica a atuação profissional do Serviço Social.

Conforme Paulo Netto (2012, p. 417) o projeto neoliberal restaurador viu-se resumido no tríptico mote da “flexibilização” (da produção das relações de trabalho), da “desregulamentação” (das relações comerciais e dos circuitos financeiros) e da “privatização” (do patrimônio estatal).

Isso demonstra uma tendência de enfraquecimento das políticas públicas sociais, precarização e fragmentação das relações sociais e de trabalho e a consolidação dos interesses da classe burguesa, sob o comando do sistema de produção capitalista, repercutindo diretamente na sociedade capitalista. Fica evidente ainda, o crescimento da produção de trabalho excedente e exploração da força de trabalho assalariada.

E “[....] ao mesmo tempo os novos processos produtivos têm implicado uma extraordinária economia de trabalho vivo, elevando brutalmente a composição orgânica do capital; resultado direto na sociedade capitalista” (PAULO NETTO, 2012, p. 417).

E conforme já indicado, o Serviço Social como uma profissão que se encontra inserida na divisão social e técnica do trabalho no setor de serviços nesse contexto se situa como um participante da produção e reprodução das relações sociais, no âmbito das contradições entre capital e trabalho na sociedade capitalista. Assim torna-se evidente:

O significado sócio-histórico e ideopolítico do Serviço Social inscreve-se no conjunto das práticas sociais acionado pelas classes e mediadas pelo Estado em face das “sequelas” da questão social. A particularidade do Serviço Social na divisão social e técnica do trabalho coletivo encontra-se “organicamente vinculada às configurações estruturais da questão social e às formas históricas de seu enfrentamento, que são permeadas pela ação dos trabalhadores, do capital e do Estado”. (IAMAMOTO, 2014, p. 618)

2.2 Serviço Social e a Defesa dos direitos sociais no contexto de desigualdades estruturais

O Serviço Social surge no Brasil na década de 1930, sendo fundadas em 1936 e 1937 as primeiras escolas a ofertarem o curso de graduação em Serviço Social, localizadas respectivamente nos estados de São Paulo e Rio de Janeiro.

De acordo com Cardoso (2013. p.114) “sua institucionalização é uma consequência da legitimação realizada pelas classes dominantes e impulsionada pela Igreja e que sua formação profissional passa a ser responsabilidade desta, o que lhe confere um caráter conservador e humanista”.

Embora o Serviço Social esteja devidamente regulamentada enquanto categoria profissional liberal, observa-se que seu exercício profissional está limitado aos interesses da classe dominante, vinculando à profissão um caráter assistencialista e conservador.

Entre as décadas de 1930 e 1940 a formação acadêmico-profissional sofreu grande influência do pensamento conservador europeu da Igreja Católica e da classe dominante, a burguesia. Sendo essa fase marcada pela" [...], influência europeia idealista e confessional" (YAZBEK, 1980. p. 16).

Ao mesmo tempo em que esse período foi marcado pela influência do pensamento europeu, no Brasil, deram início os primeiros modelos de políticas sociais na década de 1930 e também a crise estrutural mundial consequência da recessão econômica iniciada em 1929.

De acordo com Iamamoto(1992, p. 21), "o Serviço Social emerge como uma atividade com bases mais doutrinárias que científicas, no bojo de um movimento de cunho reformista-conservador".

O Serviço Social no Brasil está intrinsecamente vinculado ao desenvolvimento capitalista na sociedade de 1930, período marcado por intensos conflitos de classe, pelas lutas sociais contra a exploração da força de trabalho e em prol do movimento reformista.

Aos poucos a profissão foi tentando desvencilhar-se dos posicionamentos conservadores e das práticas assistencialistas, buscando constituir seu trabalho profissional com fundamentação teórica e metodológica na perspectiva do rompimento com o tradicionalismo e conservadorismo da profissão.

O Serviço Social brasileiro passa a receber influência do Serviço Social norte-americano, com o retorno das assistentes sociais que foram se especializar naquele país com bolsas de estudo resultantes de convênios (Silva, 1995, p. 40). Nesse contexto a formação acadêmico-profissional "[...]" passa da influência do pensamento conservador europeu, franco-belga, nos seus primórdios, para a sociologia conservadora norte-americana, a partir dos anos 40" (IAMAMOTO, 1992, p. 26).

Em meados da década de 1940, começa o processo de reforma do Serviço Social brasileiro, no que diz respeito ao seu caráter teórico/metodológico que tinha maior influência do pensamento conservador norte-americano. Esse pensamento conservador repercute no contexto sócio-político e econômico brasileiro e metodologicamente na formação acadêmico-profissional do Serviço Social.

Na década de 1960 inicia-se o processo de reformulação do Serviço Social no Brasil, em virtude do contexto sócio-político e histórico vivenciado pela classe trabalhadora e pela profissão em que as relações sociais e de trabalho produzem e se reproduzem na divisão social do trabalho e estão sob o controle da classe

burguesia no modo de produção capitalista, de maneira tradicional e conservadora. Nesse sentido, houve a necessidade de se repensar sobre os procedimentos instrumentais e técnicos em que foi construída a profissão, caracterizado por práticas tradicionais e conservadoras.

Dando prosseguimento ao processo de reformulação iniciado nos anos 60 pela categoria profissional culmina na década de 70 o Movimento de Reconceituação do Serviço Social, que traz em seu bojo a reconceituação e o amadurecimento profissional para uma nova perspectiva ao Serviço Social, buscando romper com os fundamentos teóricos e metodológicos tradicionais e conservadores da profissão.

Para Paulo Netto (2009) o Movimento de Reconceituação do Serviço Social é:

[...] essencial e estruturalmente, esta perspectiva faz-se legatária das características que conferiam à profissão o traço microscópico da sua intervenção e a subordinam a uma visão de mundo que deriva do pensamento católico tradicional; mas o faz com um verniz de modernidade ausente no anterior tradicionalismo profissional, à base das mais explícitas reservas aos limites dos referenciais de extração positivista.” (PAULO NETTO, 2009, p.157).

A década de 1980 é marcada pelo amadurecimento teórico e metodológico, por meio da aproximação com a teoria marxista que permitiu a consolidação acadêmica e profissional e o fortalecimento das entidades representativas da categoria, como a ABESS (Associação Brasileira de Ensino de Serviço Social), atualmente ABEPSS (Associação de Ensino e Pesquisa em Serviço Social), o CFESS (Conselho Federal de Serviço Social), o CRESS (Conselho Regional de Serviço Social) e a ENESSO (Executiva Nacional dos Estudantes de Serviço Social).

O Serviço Social renovado é fruto de um conjunto de alterações na sociedade brasileira, e os Assistentes Sociais fizeram parte dessas mudanças, sendo uma referência legítima para os movimentos sociais e sindicais e para as novas gerações. Nesse processo, ampliam-se os sindicatos e a categoria se aproxima de outras profissões, estabelecendo novos vínculos e alianças sociopolíticas. A incorporação da perspectiva crítica, especialmente a de extração marxista, permitiu o salto quantitativo na análise de interpretação da sociedade burguesa, visando apreender suas contradições e romper com suas instituições. A constituição de uma massa crítica exige [...] um esforço significativo da categoria no sentido de qualificar e formar em nível de graduação, adequando-a ao perfil profissional competente, crítico e compromissado, capaz de responder ao tempo histórico em curso. (GUERRA, 2009, p. 9).

Percebe-se que o Serviço Social brasileiro vivenciou, nas últimas décadas, um grande processo de renovação. As transformações ocorridas na sociedade brasileira e o acúmulo profissional proporcionou, ao Serviço Social, um

desenvolvimento teórico e o avanço de sua laicização, de modo que a profissão passou a se diferenciar no limiar dos anos 1990. Assim, como profissão, tornou-se academicamente reconhecida e socialmente legitimada.

Na década dos anos 90, Yazbek (2009, p. 154) afirma que o Serviço Social na década de 1990 passou a enfrentar o desafio de:

[...] decifrar algumas lógicas do capitalismo contemporâneo, particularmente em relação às mudanças no mundo do trabalho e sobre os processos desestruturadores dos sistemas de proteção social e da política social em geral. Lógicas que reiteram a desigualdade e constroem formas despolitizadas de abordagem da questão social, fora do mundo público e dos fóruns democráticos de representação e negociação dos interesses em jogo nas relações Estado/Sociedade. (YAZBEK, 2000, p. 29).

O Serviço Social brasileiro ao longo das últimas décadas, vem acumulando um lastro importante na sua consolidação como profissão e como área do conhecimento. Este movimento construído na história, na relação estabelecida com as lutas sociais, remete à compreensão das particularidades profissionais em sua inscrição na divisão social do trabalho, inserida no conjunto das relações sociais de produção e reprodução da vida social (IAMAMOTO, 1982). Concorde-se com Iamamoto e Yazbek (2019) quando aduzem que:

Serviço Social só pode ser entendido no movimento histórico da sociedade, no complexo processo de (re)produção das relações sociais capitalistas. Este é entendido como reprodução da totalidade da vida em sociedade, na sua processualidade. Ele inclui não apenas a reprodução da vida material, visto que a reprodução do capital é relação social que implica a reprodução ampliada das classes com suas tensões e conflitos (YAZBEK e IAMAMOTO, 2019, p. 16).

O Serviço Social brasileiro se constitui historicamente como uma profissão inserida nas contradições da sociabilidade capitalista, atuando diretamente nas múltiplas expressões da questão social que emergem das desigualdades estruturais presentes na sociedade. Nesse contexto, a defesa dos direitos sociais torna-se um eixo central do exercício profissional, especialmente diante das transformações contemporâneas que intensificam processos de precarização do trabalho, exclusão social e restrição do acesso às políticas públicas. Assim, o trabalho do assistente social se desenvolve em permanente tensão entre as demandas institucionais, as necessidades da classe trabalhadora e o compromisso ético-político da profissão com a ampliação e efetivação dos direitos sociais.

Sabe-se que essas relações sociais e de trabalho estabelecidas ao longo da história foram de forma precária e conservadora, onde o processo de produção e

reprodução das relações sociais que se configuram na divisão social do trabalho, no mundo do trabalho foram e ainda são impostas pela classe dominante, a burguesia, que detém o modo de produção capitalista. De acordo com Netto e Braz (2006) afirmam que “A produção no âmbito da sociabilidade capitalista só é viável se ela reproduzir as relações sociais frente a frente capitalistas e proletários” (PAULO NETTO; BRAZ, 2006, p.136).

Nesse contexto de contradições e antagonismos, a profissão assume compromisso desde os anos 1970, pautado nas dimensões teórico metodológicas, ético-política e técnico operativa consolidadas no projeto ético-político profissional para a superação do conservadorismo e de desdobramentos de conflitos decorrentes da divisão do trabalho.

Conforme Paulo Netto (1996) afirma que:

[...] A análise sobre a gênese do Serviço Social como profissão é impensável fora dos marcos da ordem burguesa, da sua sociabilidade e suas inerentes contradições fundadas na propriedade privada dos meios de produção e na apropriação privada da riqueza socialmente produzida (PAULO NETTO, 1996, p.29).

Por isso “[...] o debate sobre a profissão vem se constituindo como um de seus principais desafios” (IAMAMOTO, 2007; PAULO NETTO, 2017). É nessa relação sócio-histórica marcada pelos conflitos e contradições que a profissão está inserida na divisão social do trabalho. Contradições e conflitos esses desencadeados sob a égide da classe burguesa, conservadora e dominante, que detém modo de produção capitalista centrado na acumulação de riqueza e na propriedade privada dos meios de produção.

Percebe-se que o trabalho profissional do assistente social está diretamente relacionado às expressões da questão social presentes na sociedade capitalista. Conforme afirma Iamamoto (2009) a questão social é :

a expressão das desigualdades sociais produzidas e reproduzidas no processo de desenvolvimento do capitalismo, manifestando-se nas condições de vida da classe trabalhadora e nas demandas apresentadas ao Estado e às políticas sociais” (IAMAMOTO, 2009, p. 27).

As desigualdades sociais no Brasil estão historicamente associadas à própria formação social brasileira. Essa compreensão evidencia que a atuação do assistente social ocorre no interior dessas contradições sociais, exigindo do profissional uma leitura crítica da realidade e das determinações estruturais que produzem as

desigualdades sociais. Dessa forma, o Serviço Social assume um papel relevante na mediação entre as necessidades sociais da classe assalariada e as respostas institucionais oferecidas pelas políticas públicas.

Nesse sentido, o Serviço Social reafirma seu compromisso histórico com a classe trabalhadora e com a construção de uma sociedade mais justa e igualitária. Ao atuar nos diferentes espaços socio institucionais, o assistente social contribui para o enfrentamento das desigualdades estruturais e para a defesa dos direitos sociais, consolidando sua prática profissional como parte integrante das lutas sociais pela ampliação da cidadania e pela efetivação dos direitos humanos. Para que se possa traçar estratégias para superação do conservadorismo que ainda permeia a profissão e que controla as relações sociais e de trabalho através do modo de produção capitalista.

Vale frisar que o Serviço Social brasileiro foi construindo ao longo da história sua identidade profissional de forma gradual marcada pelas contradições e antagonismos entre a classe burguesa, classe dominante e foi consolidando a centralização do poder sobre modo de produção capitalista e a classe assalariada. E ao mesmo tempo, a classe trabalhadora, enquanto classe subordinada aos ditames da classe dominante, cada vez mais oprimida e insatisfeita com o modo de produção e reprodução com que as relações sociais e de trabalho se estabeleciam na sociedade.

E sendo o Serviço Social, categoria profissional inserida na divisão social e técnica do trabalho, sofre influências das relações entre Estado e sociedade. E conforme Iamamoto (2003) afirma que:

o Serviço Social como profissão se configura e (re)configura no âmbito das relações entre o Estado e a sociedade, fruto das transformações nos processos de produção e reprodução da vida social, que vem instituindo limites e possibilidades ao exercício profissional, condicionando as respostas profissionais dos assistentes sociais aos limites do sistema capitalista (IAMAMOTO, 2003).

Torna-se evidente que a atuação profissional de Serviço Social no âmbito das relações entre o Estado e sociedade está condicionada a interesses políticos e ideológicos. Essa relação impacta diretamente nas políticas públicas sociais, e no exercício profissional que fica limitado as imposições do sistema capitalista. Isso influencia na formação profissional e dificulta a intervenção do assistente social nos espaços sócio-ocupacionais em defesa dos direitos da classe trabalhadora, tendo

em vista a indissociabilidade entre trabalho e formação.

Nesse contexto marcado pela crescente deterioração das condições do mundo do trabalho, emergem preocupações centrais para o campo do Serviço Social. Tais preocupações se relacionam diretamente com as transformações estruturais do capitalismo e seus impactos na formação profissional, nas condições de trabalho e no próprio exercício da profissão.

Assim, torna-se necessário refletir sobre as mediações que envolvem a supervisão de estágio, compreendendo-a como um espaço privilegiado de articulação entre formação teórico-metodológica, dimensão ético-política e prática profissional. E que o agir e pensar do assistente social deve estar em consonância com os princípios ético-políticos reafirmando o compromisso com o projeto ético-político da profissão. Dessa maneira, o projeto ético-político orienta o processo de formação profissional do Serviço Social na construção de estratégias em defesa da emancipação social e no enfrentamento a toda forma de opressão e exploração sofrida pela classe trabalhadora determinadas pela divisão social do trabalho. Neste sentido, “o projeto de formação profissional é a defesa da universidade pública, gratuita e de qualidade, acompanhada da denúncia dos efeitos deletérios da privatização do ensino superior” (IAMAMOTO, 2000, p. 444).

Tal defesa opõe-se à redução da formação ao mero desenvolvimento da racionalidade técnico-instrumental, o que exige do estágio supervisionado e com ele a supervisão acadêmica e de campo a tarefa de possibilitar experiências que ultrapassem o atendimento exclusivo das novas demandas do mercado de trabalho, ampliando os horizontes da formação do profissional com o desenvolvimento de competências técnico-operativas, compromisso ético-político e sustentação teórico-metodológica para o desenvolvimento da capacidade de decifrar a realidade e construir propostas de trabalho criativas e efetivar direitos (LEWGOY, 2009).

O projeto de formação profissional do Serviço Social expressa uma postura política e pedagógica contra-hegemônica, pois se opõe à lógica mercantil que reduz a educação ao atendimento das demandas do mercado. Tendo em vista que busca consolidar uma formação crítica, emancipadora e comprometida com os direitos da classe trabalhadora. Ao defender a universidade pública, gratuita e de qualidade, o projeto reafirma o papel social da educação como um bem público e como espaço de produção de conhecimento voltado à transformação social.

A formação e o exercício profissional constituem as bases que fundamentam

o estágio supervisionado e a supervisão em Serviço Social. É a partir do estágio e da supervisão que o acadêmico se aproxima do cotidiano do trabalho do assistente social. Vale ressaltar que, todos os envolvidos na formação acadêmica e profissional necessitam reconhecer o Serviço Social como profissão inserida na divisão social e técnica do trabalho, marcada por relação indissociável entre a classe burguesa e a classe trabalhadora, no contexto da sociabilidade capitalista. Sendo assim, é fundamental uma formação acadêmica e profissional crítica, reflexiva e interventiva que contemple as dimensões teórico-metodológica, ético-política e técnico-operativa, essenciais no processo de formação profissional.

E um dos pilares fundamentais que dá sustentação a profissão é o Projeto Ético-Político do Serviço Social, orientando o exercício profissional dos assistentes sociais em consonância com os princípios da liberdade e da defesa intransigente pela emancipação humana, expressando o compromisso do Serviço Social em favor da classe trabalhadora para a transformação social.

Segundo Iamamoto (2008), o Projeto Ético-Político é resultado de um longo processo histórico de amadurecimento teórico e político da categoria, que rompeu com a tradição conservadora e assistencialista para se afirmar como uma profissão crítica, comprometida com os valores democráticos e com a emancipação humana. Assim, o Projeto Ético-Político representa não apenas uma diretriz normativa, mas um modo de ser e de intervir profissionalmente, baseado na análise crítica da realidade social.

O surgimento do Projeto Ético-Político está intimamente ligado ao processo de reconceitualização do Serviço Social, iniciado na América Latina na década de 1960 e intensificado no Brasil na década de 80. Esse movimento foi marcado pela busca de superação do conservadorismo profissional e pela construção de uma nova identidade, embasada na teoria social crítica e nas lutas sociais da classe trabalhadora.

De acordo com Paulo Netto (2005), o projeto emerge como uma resposta histórica às transformações políticas, econômicas e culturais vivenciadas pela sociedade brasileira no período de redemocratização, momento em que se intensificou o debate sobre direitos sociais, ética e cidadania. Nesse contexto, o Serviço Social reafirma sua vinculação com os princípios democráticos e com as lutas populares, defendendo um exercício profissional voltado à garantia de direitos e à ampliação da participação social.

Vale ressaltar que o Código de Ética Profissional do Assistente Social, constitui a principal expressão normativa do Projeto ético-político, que estabelece como valores essenciais para prática profissional voltada para garantia dos direitos sociais, da emancipação dos sujeitos e do desvelamento das múltiplas expressões da questão social.

Para Iamamoto (2008), o projeto ético-político reflete a compreensão de que o exercício profissional não é neutro: toda ação do assistente social é ética e politicamente orientada, e deve se alinhar aos interesses da classe trabalhadora. Assim, o compromisso do Serviço Social vai além da execução técnica de políticas públicas envolve uma leitura crítica da realidade e a construção de práticas transformadoras, que contribuam para a efetivação dos direitos sociais e para a emancipação dos sujeitos.

No entanto, a conjuntura atual apresenta desafios à consolidação deste projeto. Dentre eles estão a precarização das relações sociais e de trabalho, as transformações do mundo do trabalho e o avanço das políticas neoliberais conservadoras têm impactado diretamente as condições da atuação profissional.

Diante disso, se exige do(a) assistente social reafirmar compromisso com o Projeto Ético Político do Serviço Social e seus princípios ético-políticos, sendo capaz de propor estratégias concretas de resistência à mercantilização da educação superior, ao desfinanciamento de políticas públicas e exploração de trabalho da classe trabalhadora, em prol da construção de uma sociedade livre e igualitária.

Assim, o projeto ético-político como um instrumento de resistência e de luta, deve reafirmar o compromisso do Serviço Social com a transformação social e com a emancipação humana visando a construção de uma sociedade justa, igualitária e democrática, no movimento contraditório, à lógica de alienação, exclusão e exploração da classe trabalhadora imposta pela sociedade capitalista.

Conforme Teixeira e Braz (2009) apontam que:

Não há dúvidas de que o projeto ético-político do Serviço Social brasileiro está vinculado a um projeto de transformação da sociedade. Essa vinculação se dá pela própria exigência que a dimensão política da intervenção profissional² põe. Ao atuarmos no movimento contraditório das classes, acabamos por imprimir uma direção social às nossas ações profissionais que favorecem a um ou a outro projeto societário. Nas diversas e supervisão e/ou planejamento de serviços sociais, das ações mais simples às intervenções mais complexas do cotidiano profissional, nelas mesmas, embutimos determinada direção social entrelaçada por uma valoração ética específica. As demandas (de classes, mescladas por várias outras mediações presentes nas relações sociais) que se apresentam

a nós manifestam-se, em sua empiria, às vezes, revestidas de um caráter mistificador, nem sempre revelando seus reais determinantes e as questões sociais que portam, daí que essas demandas devem ser processadas teoricamente. Tendo consciência ou não, interpretando ou não as demandas de classes (e suas necessidades sociais) que chegam até nós em nosso cotidiano profissional, dirigimos nossas ações favorecendo interesses sociais distintos e contraditórios (TEIXEIRA; BRAZ, 2009, p.5-6).

No contexto marcado pela precarização da educação, especificamente a educação superior e a consequente deterioração do mundo do trabalho se constrói nossas preocupações no âmbito do Serviço Social, olhando para as mediações que envolvem a supervisão de estágio, considerando, no todo, que a história da sociedade é, até nos dias atuais, a história da luta de classes (MARX; ENGELS, 1986, p. 95).

Nesse sentido, a supervisão de estágio assume papel fundamental na formação acadêmica e profissional para desenvolvimento do pensamento crítico e reflexivo capaz de articular teoria e prática na busca intransigente pela emancipação humana e pela transformação da realidade social.

CAPÍTULO II

3 A NATUREZA DA SUPERVISÃO DE ESTÁGIO EM SERVIÇO SOCIAL

Dando seguimento temos o segundo capítulo, que aborda a natureza da Supervisão de Estágio em Serviço Social, enfatizando a indissociabilidade da supervisão de estágio do processo de formação profissional desde sua concepção, legalidade e aspectos da formação e trabalho profissional.

Ressalta ainda, a Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social (ABEPSS) e o Conselho Federal de Serviço Social (CFESS), como as entidades representativas da categoria profissional que regulam a profissão respectivamente através das Diretrizes Curriculares de 1996 e da Resolução nº 533/2008 do CFESS, que dispõe sobre a supervisão direta de estágio. E discorre também sobre o estágio supervisionado e suas características enquanto locus gerador de aprendizagens teórico, técnicas e metodológicas e sua importância no processo de formação acadêmica e profissional do Serviço Social.

O Serviço Social caracteriza-se por sua natureza eminentemente interventiva e investigativa, com competências e atribuições profissionais definidas pela Lei de Regulamentação Profissional. Nesse sentido é necessário que a atuação profissional esteja orientada pelo projeto ético-político do Serviço Social.

E sabe-se que dentre as atribuições privativas dos profissionais assistentes sociais está a supervisão de estágio em Serviço Social. No decorrer do século XX, a categoria profissional do Serviço Social passou por um processo de reconceituação de seus fundamentos ético-políticos e teóricos-metodológicos com o crescimento das lutas sociais em virtude das relações sociais e de trabalho antagônicas e contraditórias entre classe trabalhadora e a classe burguesa no mundo do trabalho.

E estando o Serviço Social inserido na divisão social do trabalho sofreu e ainda sofre as influências e determinações do sistema capitalista no seu processo de formação acadêmica e profissional e, assim, repercutindo diretamente na supervisão de estágio. Conforme aponta Guerra (2010), a supervisão passa, então, a ser reconhecida como espaço de mediação entre teoria e prática, possibilitando a análise crítica das experiências vivenciadas no campo de estágio.

A Supervisão de estágio em Serviço Social é a expressão da unidade entre teoria e prática. Sendo esta unidade dialética e interdependente que pressupõe a

contradição, aproximações sucessivas e a construção de saberes. Isso significa que incorpora procedimentos metodológicos e a materialidade em que está fundamentada o sujeito e as relações sociais.

Esta deve estar pautada no compromisso ético-político da profissão e articulada com as dimensões teórico-metodológica e técnica-operativa para uma formação profissional e acadêmica que possibilite a compreensão dessas dimensões as quais estão intrinsecamente relacionadas à formação e capaz de intervir na materialidade das relações sociais que se configuram cotidianamente na atuação profissional do assistente social nos diversos espaços sócio-ocupacionais, considerando que a supervisão ocorre de forma sistematizada.

De acordo com Guerra e Braga (2009, p.10) a supervisão de estágio “[...] constitui-se em uma atividade programada que se realiza segundo uma sistematização programática, muitas das vezes, por meio de controle, acompanhamento, avaliação e replanejamento”.

Sabe-se sobretudo, que as competências e atribuições profissionais estão intrinsecamente relacionadas às dimensões teórico-metodológica, ético-política e técnico-operativa e que devem ser executadas em conformidade com o projeto ético-político do Serviço Social e com a lei que regulamenta a profissão de Serviço Social e que essas situações podem influenciar na atuação do assistente social no cotidiano profissional, refletindo uma formação acadêmica sem a compreensão das dimensões teórico-metodológica, ético-política e técnico-operativa essenciais no processo de formação acadêmica e profissional que permitem o desenvolvimento da autonomia e postura reflexiva e crítica para a construção da identidade profissional.

Entende-se assim, que a supervisão de estágio em Serviço Social é essencial para a formação acadêmica e profissional devendo-se reconhecer a indissociabilidade entre as dimensões teórico-metodológica, ético-política e técnica-operativa para uma supervisão qualificada. “[...] Oferecendo, assim, pressupostos, diretrizes e parâmetros para a direção dos processos de trabalho dos supervisores e dos estagiários” (LEWGOY, 2008, p. 186).

É oportuno considerar que essas dimensões de forma articuladas desenvolvem nos supervisores, a capacidade de propor e intervir também, sobre as questões que permeiam a supervisão de estágio em Serviço Social. Essa sistematização da ação profissional aliada a um referencial teórico, influencia a análise e a síntese sobre cotidiano da formação e da atuação profissional, onde os

conhecimentos teóricos apreendidos pelos alunos numa dimensão prático-teórica e teórico-metodológica são estudados a partir do que se é vivenciado no campo de estágio.

Conforme documento da ABEPSS(2010), o estágio:

[...] se constitui num instrumento fundamental na formação da análise crítica e da capacidade interventiva, propositiva e investigativa do(a) estudante, que precisa apreender os elementos concretos que constituem a realidade social capitalista e suas contradições, de modo a intervir, posteriormente como profissional, nas diferentes expressões da questão social, que vem se agravando diante do movimento mais recente de colapso mundial da economia, em sua fase financeira, e de desregulamentação do trabalho e dos direitos sociais (ABEPSS, PNE, 2010, p.11).

O estágio supervisionado, configura-se como elemento fundamental para formação e exercício profissional, sendo assim, o(a) estudante deve apropriar-se das dimensões teórico-metodológica, ético-política e técnico-operativa para desenvolvimento de postura reflexiva e crítica sobre a realidade social capitalista e suas manifestações de poder, para no momento oportuno, enquanto assistente social seja capaz de fazer escolhas estratégicas para resistir às repercussões das relações sociais e de trabalho no mundo do trabalho, no contexto do capitalismo contemporâneo, marcado pelo enfraquecimento das políticas públicas sociais, pelo conservadorismo, pela mercantilização da educação e precarização do trabalho.

Amicucci e Beserra (2024) afirmam que:

a atividade de estágio supervisionado está na centralidade da formação profissional, a partir das Diretrizes Curriculares da Abepss de 1996. Nesse sentido, ao considerar o processo formativo, é importante salientar que tal precarização vivenciada pelos profissionais também faz parte das experiências dos estagiários, pois formação e trabalho profissionais são intrínsecos (AMICUCCI; BESERRA, 2024, p.204).

Além da atividade de estágio curricular supervisionado, ser considerada eixo central da formação profissional, amparada pelas Diretrizes Curriculares da Abepss para a operacionalização da supervisão de estágio é fundamental também compreender a relação de indissociabilidade entre formação e exercício profissional. Sendo as Diretrizes Curriculares instrumento normativo da profissão de Serviço Social que tem como premissas garantir base teórica e metodológica do assistente social para compreensão da realidade social que permeia o cotidiano profissional e o alinhamento entre as dimensões teórico-metodológica, ético-política e técnico-operativa, pilares constitutivos da profissão. Assim, permitindo uma formação profissional crítica e reflexiva capaz de superar a fragmentação de conteúdos e a

apreensão da totalidade social.

Abramides (2003) aponta que:

A partir da concepção definida pelas diretrizes curriculares aprovadas nos fóruns da ABEPSS, a temática do estágio na formação profissional deve constituir-se em aprofundamento permanente no interior do debate acadêmico, como elemento constituinte e constitutivo da formação profissional, e de competência das unidades de ensino no processo formativo. Nessa direção o tratamento dado ao estágio deve ser pauta constante dos fóruns da ABEPSS, no sentido de antecipar-se de forma articulada e organizada, na defesa do projeto ético-político da profissão, do ensino da formação de qualidade; pressupostos das diretrizes (ABRAMIDES, 2003, p.16).

O que se observa é que embora tenha-se legislação que assegura o estágio supervisionado como elemento fundamental na formação profissional do (a) estudante e que deve estar alinhando ao projeto ético-político da profissão, para construção de postura profissional propositiva, interventiva e investigativa, surgem questões controversas no processo de formação profissional, trazendo dentre os desafios para as unidades de formação acadêmicas (UFAs), o estágio supervisionado não-obrigatório, que vai na contramão da lógica pautada pelas Diretrizes Curriculares da ABEPSS e pelo projeto ético-político profissional do Serviço Social.

De acordo com o artigo 2º da lei 11.788, dispõe que o estágio:

[.....] poderá ser obrigatório ou não-obrigatório, conforme determinação das diretrizes curriculares da etapa, modalidade e área de ensino e do projeto pedagógico do curso. § 1º Estágio obrigatório é aquele definido como tal no projeto do curso, cuja carga horária é requisito para aprovação e obtenção de diploma. § 2º Estágio não-obrigatório é aquele desenvolvido como atividade opcional, acrescida à carga horária regular e obrigatória (BRASIL, 2008).

Vale destacar que o estágio não-obrigatório, enquanto atividade opcional, não estar inclusa no projeto pedagógico de curso, isso pressupõe uma formação profissional precária, que reflete os impactos da sociedade capitalista no mundo do trabalho nos distintos espaços sócio-ocupacionais e nas unidades de formação acadêmicas (UFAs). Nesse sentido, se faz necessário o aprofundamento dos debates acerca da apreensão da dimensão teórico-prática, possibilitando a materialização da lógica curricular e a compreensão da realidade social.

Sendo o estágio supervisionado eixo central da formação profissional sofre impacto direto das transformações das relações sociais e de trabalho impostas pela classe burguesa que detem o capital e o controle sobre a força de trabalho

assalariada, tendo em vista o acirramento dos conflitos sociais provocados pela funcionalidade da precarização do ensino superior, fragilização dos contratos de trabalho, falta de reconhecimento da importância do estágio supervisionado para formação profissional. Nesse sentido, é evidente que os interesses ideológicos da classe burguesa estão estritamente voltados para a maximização do lucro em detrimento a preocupação com os pressupostos que balizam a formação acadêmica e profissional de qualidade.

As Diretrizes Curriculares da Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social (ABEPSS) compreendem o estágio supervisionado como componente fundamental da formação, devendo possibilitar a apreensão crítica das expressões da questão social e das respostas profissionais historicamente construídas pelo Serviço Social (ABEPSS, 1996).

O estágio supervisionado em Serviço Social constitui-se como um componente essencial do processo de formação profissional, possibilitando a articulação entre os fundamentos teórico-metodológicos, ético-políticos e técnico-operativos da profissão. Trata-se de um espaço privilegiado de aprendizagem, no qual o/a estudante tem a oportunidade de compreender a realidade social, conhecer o cotidiano do trabalho profissional e desenvolver competências necessárias para o exercício da profissão. No entanto, o estágio supervisionado não está dissociado das transformações que atravessam o mundo do trabalho na sociedade contemporânea.

Percebe-se que o estágio supervisionado se apresenta como elemento essencial na formação acadêmica e profissional, um espaço que permite a(o) estudante apreensão de conhecimentos necessários para o desenvolvimento de consciência crítica e reflexiva, diante das expressões da questão social e do contexto sócio-histórico e político em que o Serviço Social está inserido, possibilitando aproximação das teorias com a realidade social vivenciada e contribuindo para compreensão das expressões da questão social e do contexto em que o Serviço Social foi alicerçado e como repercutem na formação e no exercício profissional do(a)s assistentes sociais. Assim, o estágio supervisionado como locus privilegiado que possibilita ao acadêmico aproximações das teorias com a realidade vivenciada cotidianamente nos distintos espaços socio-ocupacionais permitindo a apreensão das dimensões teórico-metodológica, ético-política e técnico-operativa, consideradas fundamentais para o processo de formação profissional.

Nas últimas décadas, as mudanças estruturais no capitalismo, marcadas pela reestruturação produtiva, pela intensificação da financeirização e pela expansão das políticas neoliberais, têm provocado profundas transformações nas relações de trabalho e nas políticas sociais. Essas mudanças repercutem diretamente nas condições de trabalho dos assistentes sociais e, conseqüentemente, nos espaços institucionais que se configuram como campos de estágio. Nesse contexto, o estágio supervisionado passa a sofrer impactos que se manifestam tanto nas unidades de formação acadêmica quanto nos espaços sócio-ocupacionais em que se desenvolve o trabalho profissional.

Guerra (2006) aponta que o processo de formação profissional e, particularmente o estágio supervisionado curricular:

devem garantir a apreensão do significado sócio-histórico do Serviço Social; das condições de trabalho dos assistentes sociais; das conjunturas; das instituições; do universo dos trabalhadores usuários dos diversos serviços e das políticas sociais. Neste aspecto, exige conhecimentos teóricos e saberes prático-interventivos, além, é claro, dos fundamentos e da lógica tendencial que os constituem (GUERRA, 2006).

Para assegurar que o estágio supervisionado se materialize como espaço de apreensão das dimensões teórico-metodológica, ético-política e técnico-operativa é imprescindível a supervisão de estágio, como um processo didático pedagógico que exige dinamismo, reflexão e debate possibilitando a(o) estudante abstrair os fundamentos teóricos, éticos e políticos pautados no projeto ético-político-profissional, sendo capaz de desvendar e analisar o cotidiano da realidade social que permeia o agir e pensar do profissional do Serviço Social. E de acordo com CFESS possa dar “ [...] respostas profissionais capazes de enfrentar os dilemas do tempo presente, reconhecendo as demandas políticas de luta por autonomia, emancipação e plena expansão dos indivíduos sociais” (CFESS, 2011).

Apesar dos dilemas enfrentados, o estágio supervisionado permanece como espaço estratégico para a formação crítica em Serviço Social. Mesmo diante das contradições e limites impostos pelo contexto contemporâneo, o estágio possibilita ao estudante compreender as expressões concretas da questão social e refletir sobre o significado do trabalho profissional no interior das instituições. A supervisão, nesse sentido, assume um papel fundamental ao promover a mediação entre teoria e prática, incentivando a análise crítica da realidade social e das condições de intervenção profissional.

Buriolla menciona ainda que:

[...] a supervisão como processo que é movimento, só possível na relação com o outro, na igualdade e na diferença; isto pressupõe dinamismo, crítica, debate, crescimento, movimento, revisão, metamorfose, transformação, conteúdos que aparecem em suas falas, que pressupõem uma série de fatos relacionados e que, em seu dinamismo, produzem uma energia, uma luta em certa direção, que aqui, traduz-se no ensino-aprendizagem profissional (BURIOLLA, 2008, p. 55).

Assim sendo, à proporção em que compreendemos a supervisão de estágio como um processo didático-pedagógico, que se caracteriza como um processo de trabalho pedagógico-social e que deve estar pautada no projeto ético-político-profissional, torna-se possível o desenvolvimento do pensamento reflexivo-crítico e da autonomia, tão necessários no cotidiano da formação e do exercício profissional.

O projeto ético-político do Serviço Social constitui-se como a expressão coletiva do compromisso histórico da profissão com a defesa dos direitos sociais, da cidadania e da emancipação humana. Consolidado no contexto de redemocratização da sociedade brasileira, especialmente a partir da década de 1980, esse projeto representa uma ruptura com perspectivas conservadoras e assistencialistas que marcaram historicamente a profissão, reafirmando um posicionamento crítico frente às desigualdades produzidas pela sociabilidade capitalista (PAULO NETTO, 2011).

O que se observa na atual conjuntura é que o projeto ético-Político enquanto instrumento essencial que orienta o exercício profissional enfrenta grandes desafios como a precarização do trabalho, o enfraquecimento das políticas públicas, a mercantilização da educação superior e o fortalecimento de posturas conservadoras. Todavia, se faz necessário, reafirmar a importância de uma prática pautada no compromisso ético e político da profissão, na reflexão crítica e na defesa intransigente dos direitos sociais e humanos e da transformação social, para construção de uma sociedade justa e igualitária frente às contradições que se configuram na sociabilidade capitalista.

Barroco (2023), ao analisar as potencialidades desse código frente o atual contexto de escalada neoconservadora e neofascista no país, destaca que seus valores não são pertencentes exclusivamente a uma categoria profissional, mas sim resultados de conquistas decorrentes da práxis sócio-histórica da humanidade. Quando escolhidos coletivamente pela profissão, se referem à própria teleologia do projeto profissional hegemônico, vinculando-se a projetos societários de direção

radicalmente comprometida com a construção de outra sociabilidade.

Ainda aponta Barroco que:

Na sociedade capitalista, tendo em vista as determinações dadas pela divisão social do trabalho, pela propriedade privada dos meios de produção e da riqueza socialmente produzida e pela exploração do trabalho, as relações sociais são desiguais e marcadas por interesses de classe, por relações de poder, de opressão e de alienação (BARROCO, 2023, p. 17).

Pode-se compreender que os desafios enfrentados no contexto da sociabilidade capitalista, são consequência do domínio do sistema capitalista sobre a divisão social do trabalho determinando como as relações sociais e de trabalho se inserem no mundo do trabalho. E que é preciso reafirmar a importância de criar estratégias para enfrentamento às determinações da sociedade capitalista e o caminho ético-político estabelecido no Código de Ética Profissional.

Percebe-se também que a sociedade capitalista está caracterizada pela acumulação de riqueza e pela propriedade privada sob o controle da classe burguesa, que determina como as relações sociais e de trabalho devem se configurar no mundo do trabalho. Nesse contexto de exploração e desigualdades nas relações sociais e de trabalho se contradiz com o que está pautado no projeto ético político profissional do Serviço Social, no que diz respeito aos princípios e valores, que tem como premissa os direitos sociais, a emancipação humana e a transformação social, que foram conquistados historicamente. Assim, é fundamental reafirmar o compromisso com os valores éticos e políticos estabelecidos no projeto ético político profissional, na defesa de uma sociedade autônoma, justa e igualitária e contra todo tipo de dominação e opressão que marcam a sociabilidade capitalista.

De acordo com Paulo Netto (2006), o projeto:

assinala claramente que o desempenho ético-político dos assistentes sociais só se potencializará se o corpo profissional articular-se com os segmentos de outras categorias profissionais que compartilham de propostas similares e, notadamente, com os movimentos que se solidarizam com a luta geral dos trabalhadores (PAULO NETTO, 2006,p.16).

O projeto ético-político do Serviço Social compreende que o trabalho profissional não é estático, tendo em vista que sofre influências das relações sociais antagônicas e contraditórias. Sendo assim, a atuação do(a) assistente social no cotidiano profissional deve ser pautada na conduta ética e política e articulada com movimentos sociais e outras categorias que estão alinhados ao novo projeto societário, contrário, as práticas discriminatórias e excludentes impostas pela

sociedade capitalista e que buscam construir uma sociedade livre de opressão, discriminação e exploração.

3.2 Concepção e legalidade da Supervisão de estágio em Serviço Social

Conforme mencionam Guerra & Braga (2009):

[.....] a supervisão faz parte constituinte das atribuições socio-profissionais desde a sua primeira legislação até a lei que a regulamenta na atualidade, isso deve ser objeto de pesquisas sistemáticas, produção teórico bibliográfica e construção cotidiana por parte da categoria e das instituições que a materializam.

Sendo a supervisão de estágio parte integrante das atribuições do assistente social é necessário considerar e garantir a operacionalização da supervisão de estágio, em conformidade com a legislação que a regulamenta, para que haja relação de unidade entre formação e exercício profissional.

Assim sendo, em conformidade com a legislação que ampara a categoria profissional recomenda:

[.....] que a supervisão seja feita por um professor supervisor e pelo profissional de serviço social de campo, por meio do acompanhamento e da sistematização, com base em planos de estágio elaborados em conjunto entre Unidade de Ensino e Unidade de Campo de Estágio, tendo como referência a Lei nº 8.662/1993 (Lei de Regulamentação da Profissão) e o Código de Ética do profissional (CFESS, 2012).

Vale ressaltar que esta atribuição está resguardada pela Lei nº 8.662/1993 que trata da Regulamentação Profissional, estabelece no Art. 5, inciso VI como sendo atribuição privativa do Serviço Social, pela Resolução do CFESS nº 533/2008, no seu Art. 2º que estabelece a supervisão direta de estágio em Serviço Social atividade privativa do assistente social, pela Diretrizes Curriculares da ABEPSS de 1996 que constitui como atividade indispensável do currículo e pela Política Nacional de Estágio de 2010. Sendo a supervisão de estágio realizada por meio da supervisão acadêmica, conduzida por um docente da instituição de ensino a qual o acadêmico estar vinculado e da supervisão de campo, por um assistente social, profissional da instituição conveniada, que acompanhará o estagiário no campo de estágio. E que a supervisão acadêmica e supervisão de campo se constituem como dimensões da supervisão e são responsáveis por conduzir o estagiário durante o desenvolvimento do estágio, de forma sistematizada através do plano de estágio, por isso, sendo imprescindível o alinhamento entre unidade de ensino e unidade de

campo em consonância com as normativas vigentes para a efetivação do estágio supervisionado.

A Resolução do CFESS nº 533 de 29/09/2008 enquanto marco regulatório da supervisão direta de estágio supervisionado no Serviço Social, considera que:

- a norma regulamentadora, acerca da supervisão direta de estágio em Serviço Social, deve estar em consonância com os princípios do Código de Ética dos Assistentes Sociais, com as bases legais da Lei de Regulamentação da Profissão e com as exigências teórico-metodológicas das Diretrizes Curriculares do Curso de Serviço Social aprovadas pela ABEPSS, bem como o disposto na Resolução CNE/CES 15/2002 e na lei 11.788, de 25 de setembro de 2008; -a necessidade de normatizar a relação direta, sistemática e contínua entre as Instituições de Ensino Superior, as instituições campos de estágio e os Conselhos Regionais de Serviço Social, na busca da indissociabilidade entre formação e exercício profissional; -a importância de se garantir a qualidade do exercício profissional do assistente social que, para tanto, deve ter assegurada uma aprendizagem de qualidade, por meio da supervisão direta, além de outros requisitos necessários à formação profissional; -que a atividade de supervisão direta do estágio em Serviço Social constitui momento ímpar no processo ensino-aprendizagem, pois se configura como elemento síntese na relação teoria-prática, na articulação entre pesquisa e intervenção profissional e que se consubstancia como exercício teórico prático, mediante a inserção do aluno nos diferentes espaços ocupacionais das esferas públicas e privadas, com vistas à formação profissional, conhecimento da realidade institucional, problematização teórico metodológica (CFESS, 2008, p.2)

Percebe-se que a supervisão de estágio se constitui como atividade indispensável no processo de ensino/aprendizagem do estagiário, através do exercício teórico/prático possibilita ao estagiário a aproximação da teoria à prática, garantindo a apreensão do conhecimento teórico/prático e a compreensão da realidade institucional. Assim, considera-se que a supervisão de estágio mantém uma relação de indissociabilidade entre formação e exercício profissional, tendo em vista à articulação contínua e sistemática entre os sujeitos envolvidos, estagiário(a), supervisor(a) acadêmico(a) e supervisor(a) de campo para que seja assegurada uma formação profissional de qualidade.

Portanto, a supervisão de estágio se configura como:

[...] um processo de ensino-aprendizagem desenvolvido numa determinada prática profissional, através da troca, do movimento do supervisor e do supervisionado (experiência-não experiência, nova-experiência) que exige habilidade, atitudes, respeito e ações efetivas, num determinado tempo e espaço a ser construído (ANDRAUS, 1996, p.18).

E sendo a supervisão de estágio um processo de ensino-aprendizagem construído por meio da troca de experiências entre supervisor e supervisionado, envolvidos diretamente nesse processo pedagógico-social é necessário frisar, que

essa construção deve exigir do supervisor domínio das dimensões teórico-metodológica e ético-política no cotidiano do exercício profissional. Para que as ações propostas na supervisão tenham efetividade. Assim, é preciso que tanto o supervisor quanto o supervisionado reconheçam a supervisão de estágio em Serviço Social como algo essencial à formação acadêmica e profissional.

E como a formação é um dos pilares de materialização do projeto ético político da profissão, que contempla as dimensões teórico-metodológica, ético-política e técnico-operativa que dão subsídios ao profissional do Serviço Social, compreender o contexto sócio-político em que está inserido a profissão no processo de produção e reprodução das relações sociais na sociedade capitalista. Nesse contexto, as Diretrizes Curriculares da ABEPSS, considera como eixo principal da formação as transformações que se configuram no mundo do trabalho, isso significa que a formação profissional sofre influências e determinações da divisão social do trabalho no cotidiano do exercício profissional.

De acordo com ABEPSS (2014):

A proposta das Diretrizes Curriculares da ABEPSS aponta para a formação de um perfil profissional com “capacitação teórico-metodológica, ético-política e técnico-operativa para a apreensão teórico-crítica do processo histórico como totalidade. Considerando a apreensão das particularidades da constituição e desenvolvimento do capitalismo e do Serviço Social na realidade brasileira. Além da percepção das demandas e da compreensão do significado social da profissão; e o desvelamento das possibilidades de ações contidas na realidade e no exercício profissional que cumpram as competências e atribuições legais (ABEPSS, 2014, p. 02-03).

Lewgoy (2009, p.52), considera “[...] que o aluno e o supervisor devem transitar pelos campos cognitivos, operativo e valorativo, necessitando de capacitação no âmbito ético-político e teórico-metodológico para o exercício das atividades técnico-operativas.

O supervisor deve reconhecer e reafirmar o compromisso com os princípios e valores da profissão, ter postura crítica e reflexiva sobre os elementos que permeiam o cotidiano da prática profissional, para que possa agir de forma efetiva. Assim, torna-se evidente que as dimensões teórico-metodológica, ético-política e técnico-operativa são fundamentais para o exercício profissional, articulando respectivamente embasamento teórico, o qual possibilita leitura crítica e reflexiva da realidade social, o compromisso com valores éticos e políticos estabelecidos no projeto ético político do Serviço Social, reafirmando a defesa dos direitos humanos e sociais, buscando a emancipação humana, a transformação social e a defesa dos

direitos dos usuários e utilização de técnicas e instrumentos que permitam a materialização das estratégias propostas para uma intervenção efetiva. Nesse sentido, o(a) aluno(a) no transcorrer do estágio será capaz de compreender que para uma prática profissional de qualidade é imprescindível a integração dessas dimensões, que mantem relação indissociável e interdependente.

O projeto ético político da profissão traz em sua essência onze princípios:

I-Reconhecimento da liberdade como valor ético central e das demandas políticas a ela inerentes - autonomia, emancipação e plena expansão dos indivíduos sociais; II. Defesa intransigente dos direitos humanos e recusa do arbítrio e do autoritarismo; III. Ampliação e consolidação da cidadania, considerada tarefa primordial de toda sociedade, com vistas à garantia dos direitos civis sociais e políticos das classes trabalhadoras; IV. Defesa do aprofundamento da democracia, enquanto socialização da participação política e da riqueza socialmente produzida; V. Posicionamento em favor da equidade e justiça social, que assegure universalidade de acesso aos bens e serviços relativos aos programas e políticas sociais, bem como sua gestão democrática; VI. Empenho na eliminação de todas as formas de preconceito, incentivando o respeito à diversidade, à participação de grupos socialmente discriminados e à discussão das diferenças; VII. Garantia do pluralismo, através do respeito às correntes profissionais democráticas existentes e suas expressões teóricas, e compromisso com o constante aprimoramento intelectual; VIII. Opção por um projeto profissional vinculado ao processo de construção de uma nova ordem societária, sem dominação, exploração de classe, etnia e gênero; IX. Articulação com os movimentos de outras categorias profissionais que partilhem dos princípios deste Código e com a luta geral dos/as trabalhadores/as; X. Compromisso com a qualidade dos serviços prestados à população e com o aprimoramento intelectual, na perspectiva da competência profissional; XI. Exercício do Serviço Social sem ser discriminado/a, nem discriminar, por questões de inserção de classe social, gênero, etnia, religião, nacionalidade, orientação sexual, identidade de gênero, idade e condição física. (CFESS, 1993).

Assim, torna-se evidente que:

O projeto ético-político do Serviço Social brasileiro: está vinculado a um projeto de transformação da sociedade. Essa vinculação se dá pela própria exigência que a dimensão política da intervenção profissional interpõe. Ao atuarmos no movimento contraditório das classes, acabamos por imprimir uma direção social às nossas ações profissionais que favorecem a um ou a outro projeto societário. Nas diversas e variadas ações que efetuamos, como plantões de atendimento, salas de espera, processos de supervisão e/ou planejamento de serviços sociais, das ações mais simples às intervenções mais complexas do cotidiano profissional, nelas mesmas, embutimos determinada direção social entrelaçada por uma valoração ética específica (TEIXEIRA; REIS, 2009, p.5).

Percebe-se que no decorrer de sua trajetória histórica o Serviço Social brasileiro, busca fortalecer as lutas da classe assalariada com a finalidade da transformação da realidade social, através da atuação propositiva, interventiva e investigativa, pautada no projeto ético-político, nas Diretrizes Curriculares da

ABEPSS e na Resolução do CFESS nº 533/2008, que estabelece a supervisão direta de estágio em Serviço Social. Nesse contexto todos os sujeitos que compõem o processo de supervisão buscam a transformação da sociedade através de um projeto societário emancipatório.

De acordo com Teixeira e Braz (2009) os elementos constitutivos do projeto ético-político do Serviço Social e os componentes que o materializam no processo sócio-histórico da profissão são:

- a) o primeiro se relaciona com a explicitação de princípios e valores ético-políticos;
- b) o segundo se refere à matriz teórico-metodológica em que se ancora;
- c) o terceiro emana da crítica radical à ordem social vigente e da sociedade do capital que produz e reproduz a miséria ao mesmo tempo em que exibe uma produção monumental de riquezas;
- d) o quarto se manifesta nas lutas e posicionamentos políticos acumulados pela categoria através de suas formas coletivas de organização política em aliança com os setores mais progressistas da sociedade brasileira (TEIXEIRA; BRAZ, 2009, p.7-8).

Assim torna-se evidente que os elementos constitutivos do projeto ético-político da profissão não se restringe a um conjunto de normas ou diretrizes formais, mas constitui-se numa construção histórica e coletiva da profissão, vinculada às transformações sociais e às disputas presentes na sociedade brasileira. refere-se à explicitação de princípios e valores ético-políticos que orientam o exercício profissional. Esses elementos demonstram o compromisso do Serviço Social com os fundamentos ético-políticos e com a defesa intransigente da emancipação social.

Nesse sentido, o projeto ético-político da profissão estabelece parâmetros para a atuação do assistente social, orientando sua prática a partir de valores que se contrapõem às formas de opressão, desigualdades sociais presentes na sociedade. Dessa forma, o projeto ético-político do Serviço Social se posiciona criticamente frente às contradições dessa ordem social, buscando contribuir para a construção de alternativas que ampliem os direitos e a cidadania.

Assim, o projeto ético-político se materializa não apenas no campo normativo, mas também nas lutas coletivas que buscam ampliar direitos e enfrentar as desigualdades sociais. Assim, de acordo com Oliveira (2004):

[...] a supervisão de qualidade prescinde da luta contra a precarização do trabalho e da formação profissional". Não se pode conceber a formação profissional da/o assistente social como um simples aprendizado de conteúdos herméticos"[...] A formação profissional do aluno de Serviço Social inicia-se no curso e vai sendo construída no decorrer do exercício" (OLIVEIRA, 2004, p.60).

E conforme Guerra e Braga (2009):

A partir das responsabilidades assumidas e das ações desencadeadas nos processos de supervisão pelos sujeitos partícipes diretos (supervisor, supervisionado, unidades de ensino e entidades da categoria, espera-se que possam ser capazes de materializar o projeto profissional, enquanto uma mediação que venha a contribuir para a construção de uma outra sociabilidade que assegure a emancipação humana (GUERRA, BRAGA, 2009).

Vale ressaltar que os sujeitos que atuam diretamente no processo são: supervisor acadêmico, supervisor de campo e estagiário e de forma indireta, as entidades da categoria profissional. Assim sendo, a supervisão de estágio em Serviço Social como atividade essencial no processo de formação acadêmica em Serviço Social e deve estar alinhada com os objetivos e princípios balizados no projeto ético político do Serviço Social e com as Diretrizes Curriculares para construção de sujeitos emancipados.

Teixeira e Braz (2009), apontam três dimensões que dão materialidade ao projeto ético-político do Serviço Social:

1. A produção de conhecimentos no interior do Serviço Social, que se refere à sistematização das diversas experiências profissionais, cujos processos investigativos e reflexivos devem expressar o acúmulo teórico-político da profissão;
2. As instâncias político- organizativas da categoria, que envolvem os espaços organizativos e deliberativos das entidades profissionais, os quais são responsáveis para reafirmar – ou não – a direção hegemônica da profissão, vinculada a valores democráticos e emancipatórios;
3. A dimensão jurídico -política da profissão, que se expressa no conjunto de leis, resoluções, documentos e normativas construídas pela categoria, em especial pelas entidades, que orientam o trabalho e a formação acadêmico-profissional, com base na maturidade teórica e posição ético-política do pós virada (TEIXEIRA; BARATA, 2009, p.8-9).

No entanto, de acordo com alguns Favaro e Ribeiro (2020), relatam que, devido à precarização dos espaços ocupacionais dos assistentes sociais, marcados pela terceirização, vínculos trabalhistas precários, sem estabilidade e com valorização por alta produtividade, por vezes, “o estágio é uma mera formalidade, descaracterizado, sem reflexão, onde o estagiário permanece em campo de forma precarizada [...]” (FAVARO; RIBEIRO, 2020, p. 37).

A supervisão de estágio em Serviço Social se caracteriza como um processo de trabalho pedagógico-social e que deve estar pautada no projeto ético-político-profissional para desenvolvimento do pensamento reflexivo crítico, da autonomia entre outros aspectos tão necessários no cotidiano do trabalho profissional. Esta

articula dimensão teórico-prática permitindo a apreensão dos conteúdos na construção da consciência crítica, envolve as relações sociais que se estabelecem no cotidiano, a apropriação do conhecimento teórico-prático pautado no projeto ético-político da profissão para o desenvolvimento da consciência crítica e da capacidade de operacionalização dos conhecimentos teóricos na atuação cotidiana na prática profissional, sendo assim, importante considerar a supervisão em Serviço Social como fundamental para o processo de formação acadêmica e profissional.

3.2 Formação e trabalho profissional: indissociabilidade no processo de Supervisão de Estágio

Iamamoto (2000, p. 72-73) aponta que o que se busca na formação profissional do assistente social:

[...] é uma formação generalista, ampla e densa, que permita ao assistente social situar-se no mundo contemporâneo, fazer a leitura dos processos sociais em propostas e frentes de trabalho. Enfim, indagar a realidade, produzir conhecimentos significativos para a sociedade e projetar ações pertinentes. A defesa do projeto ético-político do Serviço Social ante a crise contemporânea exige que se aproprie do processo da 'reforma do ensino superior'. Estabelecer um diálogo crítico com suas justificativas, antecipar-se na formulação de respostas às propostas instituídas. É fundamental assegurar a unidade na condição política do debate no âmbito das entidades de representação da categoria e, particularmente, junto às unidades de ensino [...] E ampliar as formas e canais de defesa do ensino superior a serviço da coletividade.

Para isso é necessário a materialização dos elementos que compõem o projeto ético e político do Serviço Social, assegurando conduta reflexiva e crítica da realidade social capitalista com suas determinações e contradições, prática profissional articulada com as entidades representativas da categoria e reafirmação nos compromissos construídos coletivamente pela categoria profissional e suas entidades representativas para enfrentamento à mercantilização do ensino superior, ao desfinanciamento das políticas públicas educacionais, e em defesa da educação pública, gratuita e de qualidade.

Albiero (2000) afirma que com relação a formação profissional:

[...] não se pode pensar, distanciada desta nova realidade de um capitalismo planetário, seja pelas perdas de nichos de mercado onde este profissional se torna prescindível, seja porque novas demandas o desafiam, resultantes do aumento das inseguranças e desigualdades sociais, exclusão e pobreza campo principal de sua intervenção. (ALBIERO, 2000, p. 33).

Sem dúvidas, o contexto sócio-político na sociedade capitalista

contemporânea está repleto de desigualdades, contradições e antagonismos oriundos da imposição da classe burguesa que detém o modo de produção capitalista no mundo do trabalho, exige uma atuação profissional interventiva e investigativa na realidade social capitalista, buscando ações efetivas para transformação social. Nesse sentido, é necessário “[...] avançarmos na consolidação e implementação do projeto profissional, inscrevendo seus princípios em nosso cotidiano de trabalho” (ABEPSS, 2004, p. 79).

Para Iamamoto (2014) o exercício da profissão exige um sujeito profissional que:

tenha competência para propor e negociar com a instituição os seus projetos, para defender o seu campo de trabalho, suas qualificações e atribuições profissionais. Requer ir além das rotinas institucionais para buscar apreender, no movimento da realidade e na aproximação as forças vivas de nosso tempo, tendências e possibilidades aí presentes passíveis de serem apropriadas pelo profissional e transformadas em projetos de trabalho profissional (IAMAMOTO, 2014, p. 611).

Pode dizer que “[...] enquanto profissão, o Serviço Social é indissociável da ordem monopólica ela cria e funda a profissionalidade do Serviço Social” (PAULO NETTO, 1996a, p.70). [...] é impensável fora dos marcos da ordem burguesa, da sua sociabilidade e suas inerentes contradições fundadas na propriedade privada dos meios de produção e na apropriação privada da riqueza socialmente produzida. (PAULO NETTO, 1996, p.29).

Assim, é evidente que o Serviço Social na perspectiva sócio-histórica possui uma origem atrelada à sociabilidade capitalista, sendo indissociável da ordem burguesa, tendo em vista que a profissão construída a partir das relações antagônicas e contraditórias entre a classe burguesa, que mantém o controle sobre o modo de produção capitalista e da riqueza socialmente produzida e a classe trabalhadora, subordinada, oprimida e explorada pela sociedade capitalista.

Nesse sentido, é necessário compreender o contexto sócio-histórico e político em que a profissão do Serviço Social foi constituída sob a égide da sociedade capitalista, analisar as contradições entre as classes sociais reconhecendo o caráter contraditório da profissão, por um lado atua em defesa da classe trabalhadora no enfrentamento das expressões da questão social, no entanto, também se insere no contexto da ordem burguesa que tende a reproduzir relações sociais desiguais e conflituosas, que desencadeiam a questão social.

Diante desse contexto, a formação profissional deve possibilitar a compreensão crítica dessas determinações, preparando o profissional do Serviço Social para investigar e intervir nas expressões da questão social. As Diretrizes Curriculares da ABEPSS (1996) orientam que a formação em Serviço Social seja pautada na articulação entre teoria e prática, buscando consolidar um perfil profissional crítico, reflexivo e interventivo.

Nesse sentido, compreender o fundamento histórico da profissão implica reconhecer que o assistente social atua em um campo permeado por contradições de classe e pelas expressões da questão social, produtos das relações capitalistas de produção (IAMAMOTO, 2007, p.19).

Como destaca Iamamoto (2007), trata-se de formar um sujeito profissional capaz de compreender a totalidade social e atuar de forma consciente frente às contradições do capital. Nesse sentido, Paulo Netto (1999) ressalta que a formação deve estar vinculada ao projeto ético-político da profissão, orientado pela defesa intransigente dos direitos humanos, da justiça social e da emancipação humana. Guerra (2011) complementa que o compromisso com a transformação social exige uma postura intelectual e política ativa, baseada em valores democráticos e na construção de uma sociedade mais justa e igualitária.

Assim, a formação profissional em Serviço Social, ao mesmo tempo em que reconhece as determinações estruturais impostas pela ordem capitalista, busca superá-las por meio de uma prática pedagógica crítica, reflexiva e emancipatória, reafirmando o compromisso histórico da profissão com a defesa dos direitos sociais e a emancipação dos sujeitos.

Apresenta-se abaixo o quadro contendo a relação de publicações que tratam sobre o tema objeto da presente dissertação, especificando-se autores, título e classificação das produções e período das publicações. E logo em seguida, tem-se a relação das Unidades de Formação Acadêmicas por regiões do Brasil afiliadas a Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social (ABEPSS).

Para a pesquisa das produções bibliográficas utilizou-se os seguintes descritores: “estágio em Serviço Social”, “Supervisão em Serviço Social”; “Supervisão de estágio;” e “Supervisão de estágio em Serviço Social” que tratam sobre os “significados da Supervisão de estágio em Serviço Social na construção da identidade profissional do assistente social”, através de leituras dos resumos de todas as teses e dissertações selecionadas.

Foram encontrados na base de dados da plataforma da CAPES 77 produções no período dos anos de 1992 a 2023, sendo 19 teses e 58 dissertações. No entanto, por tratar-se de pesquisa centrada na supervisão de estágio em Serviço Social no contexto da sociabilidade capitalista do século XXI optou-se por desconsiderar as publicações anteriores ao ano de 2000 e também as produções que embora posteriores ao ano de 2000 não estão diretamente relacionados aos descritores propostos (Supervisão de estágio - Estágio - Serviço Social). Assim considerou-se apenas 53 trabalhos publicados, sendo 16 teses e 37 dissertações. A maioria das produções encontradas estão concentradas na região Sudeste do Brasil e provenientes de universidades públicas. Segue abaixo a relação das publicações que versam sobre o tema da presente pesquisa.

Quadro 1: Relação das publicações sobre Supervisão de estágio no período de 2000 a 2023:

Ano	Autor	Título	Tipo/Produção
2000	Albiero, Célia Maria Grandini	Ensinar e Aprender: Desafios Constantes na Formação Profissional em Serviço Social	Mestrado
2000	Sperotto, Neila	Indícios da dissociação teoria prática na formação profissional no Serviço Social - pesquisa exploratória	Mestrado
2000	Ribeiro, Elvis Ceroni	Supervisão em Serviço Social: Algumas problematizações a partir de um olhar construtivista	Mestrado
2001	Ribeiro, Maria Aparecida de Assunção	Supervisão e estágio no processo de formação profissional: estudo de caso do Serviço Social da Universidade Católica Dom Bosco Campo Grande- MS	Mestrado
2001	Barbosa, Ana Maria Giusti	O estágio supervisionado como locus para aquisição de competência profissional	Mestrado
2002	Ferreira, Rosângela	Supervisão pedagógica: um desafio para o processo de formação	Mestrado

		profissional do serviço social	
2002	Joazeiro, Edna Maria Goulart	Formação no Trabalho do Estágio Supervisionado em Serviço Social na Saúde Pública: Desafios	Mestrado
2005	Lopes, Maria Suzete Müller	Formação Profissional no Serviço Social: desafios e possibilidades do assistente social supervisor de campo	Mestrado
2006	Albiero, Célia Maria Grandini	Na aquarela do Brasil: as cores se misturam na supervisão sistemática e na avaliação qualitativa no estágio acadêmico em Serviço Social	Doutorado
2006	Siqueira, Mônica Maria Nunes da Trindade	A formação do assistente social: a afetividade na supervisão de estágio	Mestrado
2007	Lewgoy, Alzira Maria Baptista	Pensar a Supervisão de estágio em Serviço Social: Ser ou Não Ser, eis a questão	Doutorado
2007	Nascimento, Juciléia Aparecida	A supervisão de estágio na formação profissional do assistente social: uma análise na Faculdade Paulista de Serviço Social de São Caetano do Sul	Mestrado
2008	Ferraz, Mirela	As narrativas do supervisor de campo de estágio: conhecendo a atribuição privativa do assistente social	Mestrado
2008	Joazeiro, Edna Maria Goulart	Serviço social e supervisão de estágio: Saberes, Formação, Temporalidades	Doutorado
2009	Souza, Marcio de	A supervisão e o estágio na formação profissional do assistente social: um estudo junto aos supervisores de	Mestrado

		campo do Departamento de Serviço Social da PUC-Rio	
2010	Santos, Carla Nascimento	A supervisão de estágio e o processo de trabalho do assistente social	Mestrado
2010	Mariano, Valquiria Alves	Os desafios contemporâneos do estágio supervisionado em Serviço Social na formação acadêmica	Mestrado
2011	Amicucci, Eliane Marques de Menezes	Estágio Supervisionado em Serviço Social: tempos atuais e velhos desafios	Mestrado
2011	Martiniano, Luzilene de Almeida	Dimensões e Limites da Supervisão Acadêmica de Estágio em Serviço Social	Doutorado
2012	Servo, Liege Maria da Silva	Formação e Trabalho no Estágio Supervisionado em Serviço Social'	Mestrado
2012	Ferreira, Severina Irene Tomaz	A relação entre formação e exercício profissional do Serviço Social; um estudo sobre a supervisão de estágio a partir das relações entre supervisão acadêmica e de campo	Mestrado
2012	Cyrino, Marina	Formação Inicial de professores: o compromisso do professor-colaborador e da instituição escolar no processo de estágio supervisionado	Mestrado
2013	Oliveira, Cenira Andrade de	Capitalismo Contemporâneo e formação profissional: O Caso da Supervisão de Estágio em Serviço Social	Doutorado
2013	Almeida, Suenya	Os desafios e possibilidades do Estágio Supervisionado: contribuição	Mestrado

	Thatiane Souza de	da supervisão acadêmica qualificada voltada para a práxis social.	
2014	Caputi, Leslieane	Supervisão de estágio em Serviço Social: tempos de mundialização do capital	Doutorado
2015	Andrade, Selma Aparecida Leite de	Supervisão acadêmica de estágio em Serviço Social: um estudo no Estado de São Paulo	Doutorado
2016	Gomes, Adriana Martins	A Supervisão direta de estágio em Serviço Social na formação profissional : Um estudo a partir da experiência dos supervisores de campo da FAPEPE	Mestrado
2016	Portes, Melissa Ferreira	O Estágio e a Supervisão no processo formativo dos assistentes sociais: a centralidade em questão	Doutorado
2016	Lima, Laura Cristina Gomes	A Supervisão de estágio a partir das Diretrizes Curriculares de 1996: uma análise de seus rebatimentos na formação profissional em Serviço Social em uma instituição universitária paulista	Mestrado
2017	Silva, Liane Soraya Viana da	Estágio supervisionado obrigatório em Serviço Social: a produção teórica sobre a Supervisão de Campo	Mestrado
2018	Amicucci, Eliane Marques de Menezes	Supervisão acadêmica de estágio em serviço social: potencialidades para a formação profissional	Doutorado
2018	Moreira, Mariane Costa	Estágio Supervisionado e o processo de supervisão: aprendizagem e conhecimento	Mestrado

2018	Morani, Carla do Nascimento Santos	A Supervisão de estágio como atividade constitutiva do trabalho do assistente social'	Doutorado
2018	Vale, Maria Elizabete Gomes do	A Supervisão de estágio e o processo de trabalho do assistente social	Mestrado
2018	Fachina, Andreza Mendes	A Supervisão de estágio em Serviço Social: aprendizados, contribuições e desafios	Mestrado
2018	Sgarbi, Gabrielle Stephany Nascimento	Supervisão de estágio em Serviço Social frente as condições de trabalho do(a) assistente social supervisor(a) de campo e os seus rebatimentos na formação profissional do(a) estagiário(a)	Mestrado
2019	Silva, Francinese Raquel Vieira	Processo Avaliativo do Estágio em Serviço Social na perspectiva dos Supervisores de Campo de uma instituição pública de ensino superior em Alagoas	Mestrado
2019	Oliveira, Alda Maria Salvador de Souza	Estágio supervisionado em Serviço Social: questões para o debate'	Mestrado
2019	Almeida, Cleusimar Cardoso Alves	As tendências pedagógicas na supervisão de estágio do curso de Serviço Social: a compreensão dos sujeitos	Doutorado
2020	Castro, Eliane Antonia de	A Supervisão no estágio do curso de Serviço Social: dilemas, contradições e afetos no real da atividade	Mestrado
2020	Stiftt,	Dimensões da competência	Mestrado

	Lucilene da Silva	profissional no processo de supervisão direta em Serviço Social	
2021	Albiero, Cleci Elisa	Fios que tecem a formação profissional: um estudo sobre o estágio supervisionado nos cursos de Serviço Social da Regional Sul I da Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social (ABEPSS)	Doutorado
2021	Almeida, Manuela Nogueira de	A Supervisão de estágio em Serviço Social em Tempos de Pandemia (COVID 19): um estudo a partir dos documentos das entidades representativas profissionais e acadêmica	Mestrado
2021	Santos, Maryvalda Melo	A Dimensão formativa do assistente social no estado do Tocantins: uma reflexão a partir das diretrizes curriculares da associação brasileira de ensino e pesquisa em serviço social (ABEPSS)	Mestrado
2021	Lopes, Géssica dos Santos Machado	Supervisão de estágio em Serviço Social: Estudo dos impactos do mundo do trabalho na formação e no exercício profissional nos estados da região Sul	Mestrado
2022	Alencar, Luciana Pinheiro de	Supervisão de estágio em Serviço Social: o trabalho docente no contexto de precarização do ensino superior privado em Fortaleza	Mestrado
2022	Muondo, Daniel Luciano	Estágio Supervisionado em Serviço Social e o trabalho de conclusão de curso: um estudo relacional da	Doutorado

		formação profissional dos/das assistentes sociais nas instituições de ensino superior de Angola	
2022	Caravaca, Nala Ayalen Sanchez	Condições de trabalho de assistentes sociais em Santa Catarina e a supervisão de campo de estágio	Doutorado
2023	Silva, Francisco Alyson de Lima	Formação acadêmica-profissional em Serviço Social: a Supervisão direta do estágio obrigatório nas instituições de ensino a distância no município de Itaporanga – PB	Mestrado
2023	Lima, Laura Cristina Gomes	As dimensões da Supervisão de estágio em Serviço Social: um estudo da extensão universitária no trabalho sociojurídico	Doutorado
2023	Souza, Evana Barros Pereira	Estágio Supervisionado no Serviço Social: reflexões sobre a formação profissional	Doutorado
2023	Truppel, Maristela Aparecida da Silva	A concepção pedagógica de estágio obrigatório em Serviço Social na perspectiva do supervisor de campo	Mestrado
2023	Silva, Tamara Mesquita Oliveira	A formação profissional em Serviço Social ante a pandemia da Covid-19 no Brasil: Os rebatimentos na experiência de estágio curricular das/os alunas/os de graduação da PUC-Rio	Mestrado

Fonte: quadro elaborado pela autora e dados extraídos da plataforma CAPES (2026).

Após consulta as publicações expostas no quadro 1, observa-se que ao longo da trajetória histórica a supervisão de estágio apresenta concepções variadas, sofrendo interferências da sociedade capitalista, em virtude desse processo

formativo construir a identidade profissional do Serviço Social, e enquanto categoria está inserido na divisão social do trabalho.

Percebe-se também que a supervisão deve necessariamente ser realizada de forma coletiva e permanente entre os envolvidos supervisor(a) acadêmico(a), supervisor(a) de campo e estagiário(a) no processo de ensino-aprendizagem para construção da identidade profissional capaz de apreender a totalidade social por meio de leitura reflexiva e crítica no enfrentamento as imposições do sistema capitalista contexto contemporâneo.

Para isso é preciso que a supervisão acadêmica e a supervisão de campo sejam realizadas por profissionais comprometidos com os princípios éticos e políticos do projeto ético político profissional articulando as dimensões teórico-metodológica, ético-política e técnico-operativa do Serviço Social para que o agir e pensar do assistente social no exercício profissional seja conduzido com postura propositiva, interventiva e investigativa para atuação efetiva em defesa da emancipação humana.

Evidencia-se ainda, que sendo a supervisão e o estágio supervisionado elementos constitutivos essenciais da formação acadêmica e profissional, assim, se deve considerar a necessidade de um debate constante e coletivo da categoria profissional no sentido de reafirmar o compromisso ético-político em consonância com o projeto ético-político na defesa da formação profissional de qualidade e no enfrentamento as determinações da divisão social do trabalho impostas pela sociedade capitalista. E que estando o Serviço Social inserido na divisão social do trabalho enquanto categoria profissional, sofre os reflexos e as determinações do capital na sociedade contemporânea.

Assim, para uma atuação profissional efetiva na construção de uma sociedade emancipada, livre contra toda forma de opressão, é fundamental que tanto o(a) supervisor(a) acadêmico(a), o(a) supervisor(a) de campo e estagiário(a) compreendam o estágio, como espaço que possibilita a construção de postura crítica e reflexiva através da articulação entre teoria e prática e a importância do seu significado na perspectiva social, política e histórica na formação profissional do assistente social.

Percebe-se que o estágio, enquanto lócus permite a construção do instrumental técnico e prático, possibilitando o(a) estagiário(a) compreensão e análise concreta da realidade social que permeia o cotidiano do exercício

profissional do assistente social a fim de superar a atuação fragmentada e imediatista desprovida de conhecimento teórico-prático. Sendo o estágio, locus formativo, possibilita que o estudante desenvolva uma leitura crítica e reflexiva das demandas cotidianas do exercício profissional. Dessa forma, o processo de estágio contribui para superar uma atuação fragmentada, imediatista e desprovida de fundamentação teórico-metodológica, fortalecendo uma prática profissional crítica e comprometida com os princípios ético-políticos do Serviço Social.

De modo geral, é preciso que a categoria profissional do Serviço Social reconheça e reafirme o compromisso ético e político em conformidade com o projeto ético político da profissão, para uma formação profissional permanente e de qualidade que articule as dimensões teórico-metodológica, ético-política e técnico-operativa, sendo capaz de compreender os desafios que se configuram cotidianamente no exercício profissional do Serviço Social e em prol de uma sociedade emancipada.

Nessa perspectiva, o estágio supervisionado deve ser compreendido como momento essencial da formação profissional, pois permite que o estudante estabeleça mediações entre o conhecimento teórico adquirido no espaço acadêmico e a realidade social concreta. O exercício profissional do assistente social se insere nas relações sociais da sociedade capitalista e está diretamente vinculado às expressões da questão social, que se manifestam de forma diversificada nas políticas sociais e nos diferentes espaços institucionais. Assim, a inserção do estudante nesses espaços, por meio do estágio, contribui para a compreensão das determinações sociais, políticas e econômicas que configuram o campo de atuação profissional.

A construção do instrumental técnico-operativo no estágio envolve não apenas o domínio de procedimentos técnicos, mas também a capacidade de analisar criticamente a realidade social e de formular estratégias de intervenção profissional fundamentadas teoricamente. Nessa direção, Yolanda Guerra ressalta que a dimensão técnico-operativa do Serviço Social não pode ser compreendida de forma isolada, pois está intrinsecamente articulada às dimensões teórico-metodológica e ético-política da profissão. Dessa forma, o domínio do instrumental técnico-operativo pressupõe a capacidade de compreender as determinações da realidade social e de desenvolver respostas profissionais qualificadas às demandas que emergem no cotidiano do trabalho profissional.

O estágio supervisionado, portanto, constitui-se como um espaço privilegiado de aprendizagem, no qual o estudante tem a oportunidade de experimentar, refletir e problematizar a prática profissional à luz dos fundamentos teóricos do Serviço Social. Assim, ao possibilitar o contato direto com a realidade social e com os desafios presentes no cotidiano profissional, o estágio supervisionado contribui para a formação de assistentes sociais capazes de compreender criticamente as demandas sociais e de desenvolver intervenções profissionais fundamentadas em princípios éticos, teóricos e técnicos. Desse modo, reafirma-se a importância do estágio como espaço formativo essencial para a consolidação de uma prática profissional crítica, comprometida com a defesa dos direitos sociais e com a transformação da realidade social.

Quadro 2: Relação das Unidades de Formação Acadêmicas afiliadas da ABEPSS por Região:

Região	UFA	Quantidade
Sul I	Universidade do Vale do Rio Dos Sinos (UNISINOS)	09
	Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (PUC-RS)	
	Universidade Federal do Pampa (UNIPAMPA)	
	Universidade Federal do Rio Grande Do Sul (UFRGS)	
	Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC)	
	Universidade Estadual do Oeste do Paraná – Campus de Toledo (UNIOESTE – Campus de Toledo)	
	Universidade Estadual de Londrina (UEL)	
	Universidade Estadual de Maringá (UEM)	
	Universidade Federal de Santa Maria (UFSM)	
	Pontifícia Universidade Católica de Campinas (PUC-CAMPINAS)	
	Pontifícia Universidade Católica de São Paulo	

Sul II	(PUC-SP)	04
	Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho (UNESP)	
	Universidade Federal de São Paulo (UNIFESP)	
Centro-Oeste	Universidade Federal de Mato Grosso (UFMT)	04
	Universidade Federal de Goiás (UFG)	
	Pontifícia Universidade Católica de Goiás (PUC-GO)	
	Universidade de Brasília (UNB)	
Nordeste	Universidade Federal de Alagoas- Maceió (UFAL)	12
	Universidade Federal Do Recôncavo da Bahia (UFRB)	
	Universidade Federal da Bahia (UFBA)	
	Universidade do Estado do Ceará (UECE)	
	Instituto Federal de Educação Ciência e Tecnologia do Ceará – Fac. de Serviço Social Campus Iguatu (IFCE)	
	Universidade Federal da Paraíba (UFPB)	
	Universidade Estadual da Paraíba (UEPB)	
	Universidade Federal de Pernambuco (UFPE)	
	Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN)	
	Universidade Federal de Sergipe (UFS)	
	Universidade Estadual do Rio Grande do Norte (UERN)	
	Universidade Federal de Campina Grande (UFCG)	
	Universidade Federal do Amazonas –	

Norte	UFAM	07
	Universidade Federal do Maranhão (UFMA)	
	Universidade Federal do Pará (UFPA)	
	Universidade Federal do Piauí (UFPI)	
	Universidade Federal do Tocantins (UFT)	
	Universidade Estadual do Tocantins (UNITINS)	
	Universidade Estadual de Roraima (UERR)	
Leste	Universidade Federal do Espírito Santo (UFES)	14
	Escola Superior De Ciências da Santa Casa de Misericórdia de Vitória (EMESCAM)	
	Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF)	
	Universidade Federal de Ouro Preto (UFOP)	
	Universidade Federal Fluminense (UFF Niterói, Campus, Rio das Ostras)	
	Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ)	
	Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ)	
	Pontifícia Universidade Católica do Rio do Janeiro (PUC-RJ)	
	Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (UNIRIO)	
	Universidade Estadual de Montes Claros (UNIMONTES)	
	Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais (PUC-MG)	
	Universidade Federal Rural do Rio de	

	Janeiro (UFRRJ)	
	Universidade Federal de Uberlândia (UFU)	
	Universidade Federal dos Vales Jequitinhonha e Mucuri (UFVJM)	
TOTAL		50

Fonte: ABEPSS, 2025.

Observa-se no quadro 2, que todas as Unidades de Formação Acadêmicas afiliadas à ABEPSS (Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social) são instituições públicas e gratuitas, isso demonstra o compromisso com o projeto ético-político da profissão em defesa da formação crítica e reflexiva, reafirmando a relação de indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão, capaz de apreender a totalidade social e traçar estratégias de enfrentamento a mercantilização do ensino superior e a pauperização do trabalho, na busca da emancipação humana.

Percebe-se que as Unidades de Formação Acadêmicas (UFAs) estão dispostos por regiões e quantidade da seguinte maneira: Região Sul, com 09, Região Sul II, com 04, Região Centro-Oeste 04, Região Norte, com 07, Região Nordeste, com 12 e Região Leste, com 14, evidenciando que todas as unidades de formação distribuídas por regiões pela ABEPSS possuem instituições públicas. Isso significa o compromisso da ABEPSS na defesa do projeto ético-político, por uma formação reflexiva e crítica, alinhada aos princípios ético-políticos de emancipação humana, através da apreensão do conhecimento teórico e da compreensão da realidade social que perpassa o cotidiano da atuação profissional, sendo capaz de utilizar estratégias efetivas no enfrentamento ao enfraquecimento das políticas públicas na área da educação e a mercantilização do ensino superior.

A Supervisão de estágio constitui um dos pilares fundamentais da formação profissional em Serviço Social, pois possibilita a articulação entre o conhecimento teórico-metodológico, a dimensão ético-política e o exercício técnico-operativo da profissão. Nesse processo formativo, as instituições de ensino superior que ofertam o curso de Serviço Social desempenham papel central, especialmente aquelas filiadas à Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social (ABEPSS), entidade responsável por articular nacionalmente o debate sobre formação e pesquisa na área.

Primeiramente, a ABEPSS reúne as Unidades de Formação Acadêmica (UFAs) universidades e faculdades que ofertam o curso de Serviço Social e devem atuarem em conformidade com as diretrizes da formação profissional construídas coletivamente pela categoria. Ao se filiarem à entidade, essas instituições assumem o compromisso de orientar seus projetos pedagógicos conforme as Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social (ABEPSS), no que se refere às Diretrizes Curriculares da ABEPSS para o Curso de Serviço Social e à Política Nacional de Estágio da ABEPSS.

As instituições filiadas à Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social (ABEPSS) são denominadas Unidades de Formação Acadêmica (UFAs) e assumem o compromisso político e pedagógico de orientar de acordo com as diretrizes construídas coletivamente pela categoria profissional. Entre os documentos normativos estão as Diretrizes Curriculares da ABEPSS para o Curso de Serviço Social e a Política Nacional de Estágio da ABEPSS, que orientam a organização da formação profissional e estabelecem parâmetros para a realização do estágio supervisionado.

A relação das instituições filiadas à Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social (ABEPSS) com a supervisão de estágio em Serviço Social está diretamente vinculada à organização da formação profissional, à garantia da qualidade do ensino e à defesa do projeto ético-político da profissão.

Entre as principais responsabilidades das instituições filiadas à Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social (ABEPSS) no que se refere à supervisão de estágio, destacam-se garantir a inserção do estágio no projeto pedagógico do curso, articulado às diretrizes curriculares e ao projeto ético-político do Serviço Social, assegurar a supervisão acadêmica, realizada por docentes assistentes sociais vinculados à universidade, responsável pelo acompanhamento pedagógico do processo de formação, estabelecer articulação com os campos de estágio, garantindo que a supervisão de campo seja realizada por assistentes sociais devidamente habilitados e em consonância com os princípios ético-políticos da profissão, fortalecendo o debate sobre estágio e supervisão e a reflexão crítica sobre a prática profissional, ao mesmo tempo em que promove uma formação acadêmica e profissional capaz de propor estratégias efetivas em defesa de uma sociedade emancipada.

Dessa forma, a vinculação das instituições à Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social (ABEPSS) implica um compromisso coletivo com a qualidade da formação e com a defesa de um estágio supervisionado crítico, orientado pelos fundamentos teórico-metodológicos, ético-políticos e técnico-operativos do Serviço Social.

Nesse processo, a Supervisão de estágio se configura como espaço privilegiado de mediação entre universidade, campo de trabalho e realidade social, contribuindo para a construção da identidade profissional e para a formação de assistentes sociais comprometidos com os direitos sociais e com emancipação humana.

E como a supervisão de estágio constitui-se um elemento estruturante da formação profissional, a Política Nacional de Estágio da ABEPSS estabelece princípios, diretrizes e responsabilidades para a realização do estágio supervisionado, compreendendo-o como um processo pedagógico que articula formação teórica, dimensão ético-política e prática profissional. Assim, as instituições filiadas à ABEPSS devem organizar seus estágios de acordo com esses princípios, garantindo condições institucionais adequadas para sua realização.

As instituições filiadas à Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social (ABEPSS) são denominadas Unidades de Formação Acadêmica (UFAs) e assumem o compromisso político e pedagógico de orientar de acordo com as diretrizes construídas coletivamente pela categoria profissional. Entre os documentos normativos estão as Diretrizes Curriculares da ABEPSS para o Curso de Serviço Social e a Política Nacional de Estágio da ABEPSS, que orientam a organização da formação profissional e estabelecem parâmetros para a realização do estágio supervisionado.

Nesse contexto, o estágio supervisionado é compreendido como um componente curricular obrigatório e essencial à formação do assistente social, pois constitui um momento privilegiado de aproximação com a realidade social e com os espaços sócio-ocupacionais da profissão. Conforme estabelece a Política Nacional de Estágio da ABEPSS, o estágio deve ser concebido como um processo pedagógico que envolve acompanhamento sistemático, reflexão crítica e mediação entre universidade, campo de estágio e estudantes. Trata-se, portanto, de um espaço formativo que ultrapassa a dimensão meramente prática, configurando-se

como momento de análise crítica das expressões da questão social e das condições concretas do exercício profissional.

Assim, as instituições filiadas à Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social desempenham papel fundamental na defesa de um estágio supervisionado comprometido com a qualidade da formação e com os princípios do projeto ético-político do Serviço Social. E ao orientar suas práticas pedagógicas em conformidade com as diretrizes curriculares da entidade, essas instituições contribuem para fortalecer uma formação crítica, capaz de preparar profissionais comprometidos com a defesa dos direitos sociais, com a ampliação da cidadania e com a construção de uma sociedade mais justa e democrática.

CAPÍTULO III

4 SIGNIFICADOS DA SUPERVISÃO DE ESTÁGIO NA FORMAÇÃO PROFISSIONAL

Chega-se ao capítulo III, no qual apresenta-se os significados da Supervisão de Estágio na formação profissional e perspectiva sócio histórica da Supervisão de estágio em Serviço Social, contextualizando Supervisão de estágio e a construção da identidade profissional destacando que é preciso abarcar as dimensões teórico-metodológica e técnico-operativa para formação acadêmica e profissional interventiva, propositiva e investigativa. E em seguida traz considerações acerca da pesquisa realizada. Vale frisar que por se tratar de tema essencial e complexo da formação profissional, torna-se inesgotável para pesquisas apontamentos acerca da formação profissional.

Para compreender os significados da Supervisão de Estágio, é preciso entender os elementos que os caracterizam no processo de formação acadêmico e profissional, sua complexidade e suas dimensões que repercutem diretamente na atuação profissional.

O reconhecimento do Serviço Social como trabalho está hipotecado ao entendimento da gênese de várias profissões que, em um dado tempo do desenvolvimento do modo de produção tornaram-se quase tão igualmente necessárias para a sua continuidade como o próprio trabalho operário. De tal modo, isso é possível constatar no movimento do real, que não foi tão somente o Serviço Social que surgiu na passagem do capitalismo concorrencial ao capitalismo monopolista. Acompanharam-no, por exemplo, os surgimentos de engenharias de produção, da propaganda (e de outras ligadas à comunicação) e do conhecimento da subjetividade humana. (GRANERMANN, 1999, p. 159).

A centralidade da categoria trabalho, nos permite analisar criticamente a realidade social em sua radicalidade histórica, social e cultural, a partir da “óptica da totalidade na apreensão da dinâmica da vida social, identificando como o Serviço Social se relaciona com as várias dimensões da vida social” (IAMAMOTO, 2008, p. 27).

Este direcionamento permite uma perspectiva crítica alicerçadas nas Diretrizes Curriculares de 1996, que fundamentam a formação profissional, por meio de um perfil profissional crítico, propositivo e investigativo, capaz de apreender e intervir nas expressões da questão social de forma ética e comprometida com os princípios da profissão.

Segundo Oliveira (2009) para isso é necessário “capacitação teórico-metodológica, alicerçada numa vertente crítica, que permita compreender a realidade social no seu movimento estrutural e em sua conjuntura” (OLIVEIRA, 2009, p. 10).

Isso significa, uma formação que se desenvolva a partir da articulação entre teoria e prática, compreendida como uma unidade indissociável que permite ao profissional apreender a realidade social em sua totalidade. Assim, a formação profissional em Serviço Social busca consolidar uma prática crítica, reflexiva e emancipatória, que reafirma o compromisso da profissão com a transformação da realidade social por meio da construção de uma sociedade mais justa e da emancipação humana.

Conforme Iamamoto (2007), a formação profissional deve possibilitar ao assistente social uma leitura crítica da sociedade capitalista e das determinações que produzem e reproduzem as desigualdades sociais, superando visões fragmentadas da realidade. Nessa mesma direção, Netto (1999) destaca que o projeto de formação deve estar vinculado ao projeto ético-político do Serviço Social, orientado pela defesa intransigente dos direitos humanos, da equidade e da emancipação humana. Guerra (2011) complementa que o compromisso com a transformação social exige uma postura intelectual e política ativa, fundamentada em valores democráticos e no fortalecimento dos sujeitos sociais.

Primeiramente é necessário compreender que a formação profissional é uma das bases do projeto ético-político do Serviço Social. E que o projeto ético-político, garante as entidades representativas ABEPSS (Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social, ENESSO (Executiva Nacional de Estudantes de Serviço Social), CFESS (Conselho Federal de Serviço Social e CRESS (Conselho Regional de Serviço Social CFESS), o fortalecimento da categoria profissional e a defesa intransigente por uma formação acadêmica e profissional que permita atuação propositiva, interventiva e investigativa em prol da transformação da realidade social vivenciada cotidianamente pelas minorias sociais.

Vale frisar que se torna indispensável uma atuação propositiva, interventiva e investigativa do assistente social, frente as repercussões do capitalismo contemporâneo do século XXI. Tal configuração se evidencia por meio da mercantilização e financeirização da educação, da precarização da educação do

ensino superior e no exercício profissional cotidiano meramente voltado ao atendimento do mercado de trabalho.

E sendo o estágio e a supervisão, elementos essenciais na formação acadêmica e profissional em Serviço Social, estando na centralidade do processo de ensino-aprendizagem, de acordo com as Diretrizes Curriculares da Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social (ABEPSS) de 1996, cujo projeto de formação profissional estão vinculados a valores humanos emancipatórios, que fundamentam o exercício e a formação profissional com base no projeto ético-político historicamente construído pela categoria.

4.1 Perspectiva sócio-histórica da Supervisão de estágio em Serviço Social

O processo da trajetória histórica da profissão no Brasil legou uma concepção crítico-dialética hegemônica à formação e ao exercício profissional, concepção esta, que atua o Conselho Federal de Serviço Social (CFESS/gestão 2011-2014): “incide em especial no entendimento de que o estágio, na formação profissional do assistente social, deve superar uma concepção praticista, dissociada do corpo teórico que lhe dá fundamento, rompendo com a visão voluntarista (ou ainda imediatista) do saber-fazer” (CFESS, 2014, p. 6).

A Supervisão de estágio em Serviço Social constitui-se como um dos pilares centrais do processo de formação profissional, sendo historicamente construída em estreita relação com as transformações sociais, políticas e econômicas da sociedade brasileira. A compreensão da supervisão a partir de uma perspectiva sócio-histórica permite reconhecê-la como uma prática social situada, permeada por disputas de projetos profissionais e determinada pelas condições objetivas em que o trabalho do/a assistente social se realiza. Dessa forma, a supervisão não pode ser compreendida como uma atividade meramente técnica ou administrativa, mas como um espaço formativo, político e pedagógico fundamental à consolidação da profissão (IAMAMOTO, 2009).

Nesse sentido, a supervisão de estágio não se reduz a um procedimento técnico-administrativo da formação acadêmica, mas constitui um momento fundamental do processo formativo, no qual se materializa a relação entre universidade, campo de estágio e realidade social. É nesse espaço que se tensionam os limites e possibilidades da formação profissional frente às contradições

impostas pelas transformações no mundo do trabalho e pelas políticas educacionais orientadas pela lógica neoliberal, que tendem a fragilizar a qualidade da formação e a reduzir os espaços de reflexão crítica.

Dessa forma, analisar a supervisão de estágio requer situá-la no interior das determinações históricas e sociais que configuram a sociedade capitalista. Tal compreensão permite reconhecer que as disputas em torno da formação profissional, da educação superior e das condições de trabalho também expressam conflitos entre projetos societários distintos, nos quais se confrontam interesses de classe antagônicos.

No contexto contemporâneo marcado pela intensificação da precarização da educação, especialmente no âmbito da educação superior e pela crescente deterioração das condições do mundo do trabalho, emergem preocupações no âmbito do Serviço Social. Tais preocupações se relacionam diretamente com as transformações estruturais do capitalismo e seus impactos na formação profissional, nas condições de trabalho e no próprio exercício da profissão. Nesse cenário, torna-se necessário refletir sobre as mediações que envolvem a supervisão de estágio, compreendendo-a como um espaço privilegiado de articulação entre formação teórico-metodológica, dimensão ético-política e prática profissional e considerando as mediações que envolvem a Supervisão de estágio, no todo, “que a história da sociedade é, até aqui, a história da luta de classes (MARX; ENGELS, 1986, p.40).

A Supervisão de estágio em Serviço Social acompanha o movimento sócio histórico, teórico-metodológico e as condições éticas e políticas que envolvem a profissão, desde os seus primórdios na realidade brasileira. O debate sobre a supervisão de estágio no Serviço Social é efervescente nos tempos hodiernos, sobretudo considerando: a maturidade intelectual da categoria; a perspectiva de indissociabilidade entre formação e exercício profissional; as lutas travadas na defesa da educação de qualidade e a resistência com relação à precarização da educação superior e suas ressonâncias no Serviço Social, sobretudo, no que diz respeito à modalidade de Ensino à Distância para graduação; preocupação diante da ofensiva neoliberal; e enfim, o compromisso com a consolidação do projeto ético-político da profissão, elementos pelos quais, foi delineada em 2008, pelo CFESS, a Resolução n.533, responsável pela regulamentação da Supervisão direta de estágio, e, em 2010, a Política Nacional de Estágio em Serviço Social/PNE, ABEPSS.

A Política Nacional de Estágio, instituída pela ABEPSS no ano de 2009 por

meio de Reunião da Diretoria eleita para a Gestão 2009-2010 realizada no Rio de Janeiro. Contou com as contribuições de Alzira Maria Baptista Lewgoy, Cirlene Aparecida Hilário, Dunia Comerlatto, Eleuza Bilemjian, Maria H. Elpidio, Nadia Socorro Fialho e Nailsa Maria. De acordo com o Art. 2º do estatuto da Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social (ABEPSS), entidade civil de natureza acadêmico-científica em âmbito nacional, busca permanentemente:

I- propor e coordenar a política de formação profissional na área de Serviço Social que associe organicamente ensino, pesquisa e extensão e articule a graduação com a pós-graduação; II- fortalecer a concepção de formação profissional como um processo que compreende a relação entre graduação, pós-graduação, educação permanente, exercício profissional e organização política dos assistentes sociais; III- contribuir para a definição e redefinição da formação do assistente social na perspectiva do projeto ético-político profissional do Serviço Social na direção das lutas e conquistas emancipatórias; IV- propor e coordenar processos contínuos e sistemáticos de avaliação da formação profissional nos níveis de Graduação e Pós-Graduação (ABEPSS, 2008, p.1).

Percebe-se que a ABEPSS está comprometida com a formação acadêmica e profissional integral, contínua e sistemática, alinhada com a perspectiva do projeto ético-político da profissão, articulando teoria e prática. Assim, instituiu a Política Nacional de Estágio (PNE), como instrumento político e pedagógico que tem como finalidade orientar estágios supervisionados em Serviço Social na defesa da formação profissional crítica e reflexiva em prol de uma educação de qualidade.

De acordo com a Política Nacional de Estágio da ABEPSS, o estágio deve ser compreendido como um processo pedagógico essencial à formação profissional, articulando teoria e prática no processo de ensino-aprendizagem. Conforme o documento:

O estágio supervisionado em Serviço Social constitui-se em um processo didático-pedagógico que se realiza mediante a inserção do estudante nos espaços sócio-ocupacionais do assistente social, possibilitando a articulação entre formação acadêmica e exercício profissional (ABEPSS, 2010, p. 11).

É importante ressaltar que a Política Nacional de Estágio enquanto instrumento político-pedagógico tem o compromisso com a formação profissional de qualidade, na defesa da atuação profissional propositiva, interventiva e investigativa para a transformação da realidade social, frente aos desafios que se configuram no mundo contemporâneo como a intensificação, exploração da força de trabalho da classe trabalhadora, a mercantilização do ensino superior e a falta de investimentos nas políticas educacionais. Assim, plano de estágio, alinhado ao projeto ético político

da profissão reafirma o estágio como espaço formativo e elemento fundamental no processo de supervisão, envolvendo tanto a supervisão acadêmica quanto a supervisão de campo.

É preciso refletir sobre o processo de supervisão de estágio alinhada com o projeto ético-político reafirmando compromisso ético-político de luta intransigente pela transformação da realidade social por meio de uma educação de qualidade, que possibilita a emancipação e fortalecimento humano para enfrentamento aos ditames do capital, tão presentes no mundo do trabalho na sociedade capitalista do séc. XXI.

Chauí (2001) aponta com clareza, a tendência da universidade contemporânea, que se diferencia de outros momentos históricos devido ao avanço do processo de mercantilização e subordinação ao modelo gerencial no capitalismo retardatário no Brasil (Behring, 2002), que vêm também incidindo nas metamorfoses desta instituição social, pois:

A universidade operacional dos anos 90 difere-se das formas anteriores. De fato, enquanto a universidade clássica estava voltada para o conhecimento, a universidade funcional estava voltada diretamente para o mercado de trabalho, e a universidade de resultados estava voltada para as empresas; a universidade operacional, por ser uma organização, está voltada para si mesma como estrutura de gestão e de arbitragem de contratos. Em outras palavras, a universidade está virada para dentro de si mesma, mas, como veremos, isso não significa um retorno a si, e sim, antes, uma perda de si mesma (CHAUÍ, 2001, p. 190).

A supervisão de estágio está inserida no processo de ensino-aprendizagem [...] “ao processar-se envolve um tempo, envolve momentos, envolve o somatório de um conjunto de vivências, em um processo de sucessões cumulativas que nem sempre são previsíveis” (BURIOLLA, 2008, p. 45).

A Supervisão de estágio se apresenta como um espaço privilegiado de reflexão e construção coletiva do saber profissional, possibilitando ao acadêmico e ao assistente social compreenderem criticamente as expressões da questão social, fortalecendo o compromisso com o projeto ético-político da profissão e com a defesa dos direitos humanos e sociais.

No âmbito da formação profissional, a supervisão tanto acadêmica quanto de campo tem como finalidade garantir a qualidade do estágio e promover a integração entre o conhecimento teórico e as experiências práticas vivenciadas no cotidiano profissional. O supervisor acadêmico, nesse contexto, orienta a leitura crítica da realidade e ajuda o estudante a compreender as determinações éticas, políticas e

institucionais que envolvem a prática profissional. Já o supervisor de campo atua como mediador entre o acadêmico e instituição onde desenvolverá seu estágio, possibilitando experiências reais de intervenção social.

A supervisão de estágio ocorre no espaço e tempo do cotidiano do estágio supervisionado na graduação em Serviço Social. É de competência e atribuição privativa dos/as assistentes sociais, conforme Lei n. 8662/1993, de Regulamentação da Profissão, e toda a sua dinâmica se conecta a processos sócio-políticos, éticos, normativos e jurídicos da categoria, e impera os rebatimentos do contexto da educação superior, do mercado de trabalho, e de processos internos à profissão. Envolve, assim, “a complexidade, de que formação e exercício profissional são imersos em um conjunto de relações sociais, o que faz com que sua compreensão não deva se esgotar em seu sentido estrito do fazer cotidiano”, mas considerá-lo (CFESS, 2014, p. 18).

A trajetória histórica do Serviço Social no Brasil está intrinsecamente relacionada às transformações econômicas, políticas e sociais ocorridas no país, especialmente a partir do processo de industrialização e urbanização nas primeiras décadas do século XX. A profissão surge como resposta às novas expressões da questão social, isto é, às desigualdades e tensões produzidas pelo desenvolvimento do capitalismo e pela concentração de riqueza e poder. Sendo o estágio supervisionado, um dos elementos fundamentais na/da formação acadêmica e profissional. Nesse contexto, o Serviço Social nasce sob forte influência da Igreja Católica, com caráter assistencialista, moralizador e filantrópico, voltado à contenção dos conflitos sociais e à manutenção da ordem.

Percebe-se então que o Serviço Social enquanto profissão evoluiu, passando de uma prática caritativa e conservadora para uma prática crítica, científica e comprometida com a transformação social. Essa construção histórica reflete a permanente disputa de projetos dentro da profissão e a busca por um exercício comprometido com os interesses da classe trabalhadora.

Como sintetiza Iamamoto (2008), o desafio atual é manter vivo o projeto ético-político, reafirmando o papel do assistente social como sujeito histórico, portador de uma prática profissional que articula teoria, método e compromisso social. Assim, o Serviço Social se consolida como uma profissão de resistência e luta, comprometida com a efetivação dos direitos sociais e a emancipação humana.

Nas décadas de 1930 e 1940, o Brasil vivencia um intenso processo de

industrialização e urbanização, acompanhado da consolidação do Estado interventor e da implementação de políticas sociais voltadas ao controle e à integração da classe trabalhadora. É nesse cenário que o Serviço Social se institucionaliza, com a criação das primeiras escolas de formação profissional inspiradas em modelos europeus e norte-americanos, marcado pela perspectiva tradicional-conservadora e sob forte influência da Igreja Católica. Como afirma Paulo Netto (1992), essa fase corresponde ao período tradicional, em que o exercício profissional era marcado por uma prática assistencialista e moralizadora, centrada na caridade e na ajuda aos “necessitados”, com o objetivo de manter a ordem social.

Vale ressaltar que durante esse período o Estado brasileiro, sob o governo de Getúlio Vargas, também passa a utilizar o assistencialismo como instrumento de controle e integração da classe trabalhadora, inserindo o assistente social no aparato estatal.

A partir da década de 1960, o Serviço Social brasileiro passa por um profundo processo de renovação teórica e política, impulsionado pelas mudanças sociais, pelas lutas populares e pelas influências do pensamento marxista. Esse movimento, conhecido como Movimento de Reconceituação do Serviço Social, representou um marco na construção de uma nova identidade profissional. Segundo Paulo Netto (2005), esse período foi fundamental para a ruptura com o conservadorismo e para o desenvolvimento de uma perspectiva crítica da profissão, que passou a compreender a questão social como produto das contradições do modo de produção capitalista, e não como problema individual ou moral.

Durante o período da ditadura militar (1964–1985), a profissão viveu intensas contradições. De um lado, o autoritarismo político e a repressão às ideias críticas; de outro, o fortalecimento do debate teórico e o amadurecimento político dos assistentes sociais. Foi nesse contexto que se consolidaram os fundamentos da teoria social crítica no Serviço Social, impulsionando uma prática profissional comprometida com os direitos da classe trabalhadora e com a defesa da democracia (IAMAMOTO, 2008; PAULO NETTO, 2005).

Com o processo de redemocratização e a promulgação da Constituição Federal de 1988, o Serviço Social assume um papel decisivo na efetivação das políticas públicas e dos direitos sociais. A Constituição permite desenvolvimento de cidadania e institui a Seguridade Social, composta pelas políticas de Saúde, Previdência e Assistência Social campo de atuação central do assistente social.

De acordo com Yazbek (2009), o assistente social passa a atuar como agente mediador entre o Estado e a sociedade civil, contribuindo para a implementação e o controle social das políticas públicas. Essa fase consolida o projeto ético-político do Serviço Social, orientado pelos princípios da liberdade, da justiça social, da democracia e da defesa intransigente dos direitos humanos.

Contudo, nas últimas décadas, o avanço do neoliberalismo e as reformas do Estado trouxeram novos desafios à profissão. O processo de terceirização, flexibilização e precarização do trabalho impactou diretamente as condições de exercício profissional, fragilizando vínculos e reduzindo recursos destinados às políticas sociais. Diante desse cenário, o Serviço Social reafirma seu compromisso ético e político com a classe trabalhadora, resistindo à mercantilização das políticas públicas e à despolitização da intervenção profissional (IAMAMOTO, 2008; YAZBEK, 2009).

A interlocução do Serviço Social com o referencial teórico crítico-dialético confere à supervisão o espaço de troca de conhecimento entre os atores envolvidos, no qual todos têm conhecimento e/ou experiências para trocar, ensinar e aprender. Nesse sentido, a relação ensino-aprendizagem numa perspectiva de unidade do diverso passa a ser entendida como processo contínuo de construção de conhecimentos e saber profissional alinhado ao projeto de profissão.

Para José Paulo Netto (1996):

Os projetos profissionais [inclusive o projeto ético-político do Serviço Social] apresentam a autoimagem de uma profissão, elegem os valores que a legitimam socialmente, delimitam e priorizam os seus objetivos e funções, formulam os requisitos (teóricos, institucionais e práticos) para o seu exercício, prescrevem normas para o comportamento dos profissionais e estabelecem as balizas da sua relação com os usuários de seus serviços, com as outras profissões e com as organizações e instituições sociais, privadas e públicas [...] PAULO NETTO, 1999, p. 95).

Considerando o debate hegemônico da categoria, a supervisão de estágio é tratada conforme o que preconizam as Diretrizes Curriculares elaboradas pela ABEPSS (1996), bem como a regulamentada pelo Conselho Nacional de Educação (CNE, 2001), atreladas ao Código de Ética do Assistente Social (CFESS, 1993), Lei n.8.662/1993 (CFESS, 1993) de Regulamentação da Profissão, Lei Federal de Estágio n. 11.788/ 2008 (BRASIL, 2008), Resolução CFESS n. 533/2008 (CFESS, 2008) que Regulamenta a Supervisão Direta e a Política Nacional de Estágio em Serviço Social (ABEPSS, 2010), dentro do contexto da educação superior no país, e

da realidade do exercício profissional particularizada.

A perspectiva de superação concebe o estágio e a supervisão como indissociáveis, unidades indissolúveis. E, nesta lógica, também a indissociabilidade entre supervisão de campo e supervisão acadêmica. Desse modo, a supervisão que compõe o projeto de formação é igualmente componente de um projeto de profissão que comporta sua orientação teórica e direção ético-política, concorde com Guerra e Braga (2009, p. 534): “não pode ser compreendida desvinculada dos seus componentes.

Nesse contexto, o estágio não deve ser compreendido apenas como um espaço de aprendizagem prática, mas como um momento de articulação entre os conhecimentos teóricos adquiridos na formação acadêmica e as demandas concretas presentes nos diferentes espaços sócio-ocupacionais do assistente social.

Para que essa articulação se efetive de maneira qualificada, torna-se fundamental a integração entre a supervisão acadêmica e a supervisão de campo. Essas duas dimensões da supervisão são complementares e devem ocorrer de forma articulada, garantindo que o processo de aprendizagem do estudante seja acompanhado tanto pela instituição de ensino quanto pela instituição onde o estágio é realizado. Dessa forma, a supervisão de estágio configura-se como um processo pedagógico que possibilita a reflexão crítica sobre a prática profissional e sobre as múltiplas expressões da questão social que se manifestam no cotidiano das instituições.

Nesse sentido, a organização do estágio supervisionado em Serviço Social obedece a uma lógica formativa que considera o percurso acadêmico do estudante e o nível de apropriação dos conteúdos teóricos necessários à compreensão da realidade social. Conforme estabelece a Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social (ABEPSS), o estágio deve ocorrer nos períodos finais da formação, momento em que o estudante já possui conhecimentos fundamentais que lhe permitem compreender criticamente a realidade social e o exercício profissional. Assim, conforme documento da ABEPSS (2010):

Cabe dizer que o estágio supervisionado e a supervisão de campo e acadêmica devem se efetivar de forma coesa entre os últimos anos de integralização do curso (a partir de 5º. período), a partir do estudo de conhecimentos elementares pelo/a estudante, como: “fundamentos histórico teórico-metodológicos do Serviço Social I e II e ética profissional, pela necessidade de formação do senso crítico e conhecimentos específicos básicos da profissão” (ABEPSS, 2010, p. 29).

A partir dessa orientação, compreende-se que o estágio supervisionado pressupõe que o estudante já tenha cursado disciplinas essenciais que abordam os fundamentos históricos, teóricos e metodológicos do Serviço Social, bem como os princípios éticos que orientam o exercício profissional. Esses conhecimentos são indispensáveis para que o estudante desenvolva uma análise crítica da realidade social e compreenda o papel do assistente social no enfrentamento das expressões da questão social.

Além disso, a realização do estágio nos períodos mais avançados do curso possibilita ao aluno mobilizar conhecimentos já construídos ao longo da formação, favorecendo uma leitura mais ampla e crítica da realidade social que se apresenta no cotidiano da atuação profissional. Nesse processo, a supervisão de estágio compreendendo necessariamente a articulação entre a supervisão acadêmica e a supervisão de campo, desempenha um papel central, pois possibilita a reflexão sistemática sobre as atividades desenvolvidas no campo de estágio, contribuindo para o amadurecimento intelectual e profissional do futuro assistente social.

Assim, torna-se evidente que a supervisão de estágio no processo de formação em Serviço Social constitui-se um espaço fundamental de mediação entre teoria e prática, possibilitando ao estudante compreender as múltiplas determinações presentes na realidade social e no exercício profissional. Nesse contexto, a supervisão de estágio apresenta uma evolução analítica, prática e política intrínseca ao processo de formação profissional, desenvolvendo-se historicamente em consonância com os avanços e desafios postos à profissão e às transformações da sociedade.

Historicamente, a supervisão de estágio vincula-se ao acompanhamento das atividades desenvolvidas pelos estudantes nos campos de estágio, sendo inicialmente compreendida de maneira mais restrita, com ênfase no controle e na orientação das tarefas realizadas. Entretanto, com o processo de renovação do Serviço Social brasileiro, a partir da década de 1980, passou a assumir um papel mais amplo no processo formativo, incorporando uma perspectiva crítica e reflexiva acerca da realidade social e das expressões da questão social presentes nos diferentes espaços socio-institucionais.

Com isso, a supervisão de estágio apresenta uma evolução analítica, prática e política intrínseca ao processo de formação profissional, tanto que se desenvolve historicamente em consonância com os avanços e desafios postos à profissão.

Nesse sentido, “não se trata apenas da construção técnica e operativa do fazer profissional, mas também da dimensão intelectual, ética e ontológica do trabalho, considerando aquilo que é específico ao trabalho do/a assistente social” (ABESS; CEDEPSS, 1997, p.67-68).

Num todo, temos que a supervisão de estágio apresenta limites próprios dos determinantes advindos da precarização do mundo do trabalho e da educação, cujas possibilidades estão intrínsecas na leitura crítica da realidade concreta e no fortalecimento da identidade profissional construída. Configura-se como dimensão educativa, formativa, pedagógica do exercício profissional, calcada nas dimensões teórico-metodológicas, ético-política e técnico-operativa do Serviço Social num processo permanente de construção de competências aliadas à dimensão política, identidade e autonomia profissional, atrelada ao perfil e ethos profissional. A supervisão demanda uma relação de unidade e de diálogo permanente entre supervisor/a de campo, supervisor/a acadêmico/a e estagiário/a e, também, a construção coletiva de uma proposta de estágio, bem como do processo de supervisão direta e sistemática.

Assim, há a necessidade dos atores se conhecerem; conhecerem os respectivos planos de trabalhos, a matriz curricular e o projeto pedagógico do curso, com base nos quais terá a construção do plano de estágio.

Nas Diretrizes Curriculares (ABEPSS, 1996), dentre os vários componentes curriculares, observa-se que a supervisão de estágio é norteada por princípios, objetivos e espaços formativos que ultrapassam os aspectos técnico-pedagógicos, requerendo competências éticas, teóricas e políticas, coerentes com o projeto de profissão.

O que confere a supervisão de estágio atributo indispensável no desenvolvimento da formação profissional, pressupondo supervisão sistemática ligada à atividade de estágio, recomendando que a supervisão seja desenvolvida por “professor supervisor e pelo profissional de campo, através de reflexão e do acompanhamento e sistematização com base em planos de estágio, elaborados em conjunto entre Unidade de Ensino e Unidade de Campo de Estágio, tendo como referência a Lei. n. 8.662/1993 (Lei de Regulamentação da Profissão) e o Código de Ética do profissional (1993)” (ABESS/CEDEPSS, 1997, p. 71).

Conforme a ABEPSS (2010, p. 8): “No contexto de precarização e desregulamentação do trabalho e redução dos direitos é importante destacar que a

discussão do estágio supervisionado se coloca, como estratégica na defesa do projeto de formação profissional em consonância com o projeto ético político do Serviço Social”.

Diante desse contexto, o estágio e supervisão, enquanto elementos intrínsecos da formação e exercício profissional, considera-se necessário manter um debate constante da categoria na perspectiva de uma formação acadêmica e profissional reflexiva e crítica alinhada com o projeto ético político, em defesa dos direitos sociais. A partir da Supervisão de estágio é possível compreender e analisar às dimensões constitutivas das situações concretas vivenciadas no campo de estágio.

A Supervisão de estágio se configura como um espaço pedagógico e político privilegiado, que permite ao acadêmico realizar aproximações entre teoria e prática a fim de compreender a complexidade das dimensões constitutivas das situações cotidianas da prática profissional e desenvolver competências teórico-metodológicas, ético-políticas e técnico-operativas para construção da identidade profissional. Enquanto dimensão formativa está diretamente relacionada ao Projeto Ético-Político do Serviço Social, que orienta o exercício da profissão na defesa dos direitos sociais e da emancipação dos sujeitos.

4.2 Supervisão de estágio e a construção da identidade profissional

A Supervisão é abordada como um espaço privilegiado, onde se processa a articulação teórico-prático-metodológica, que resgata e possibilita a passagem de uma “...consciência teórica para uma consciência crítica” (ANDRAUS, 1996, p.17). [...] Os resultados da aprendizagem se manifestam e modificam na atividade externa e interna do sujeito, nas suas relações com o ambiente físico e social” (LIBÂNEO, 1991, p.2).

A supervisão de estágio em Serviço Social configura-se como um espaço fundamental no processo de formação profissional, na medida em que possibilita a articulação entre os conhecimentos teóricos adquiridos no percurso acadêmico e a realidade concreta do exercício profissional. Nesse sentido, o estágio supervisionado não se limita à realização de atividades práticas, mas constitui-se como um momento privilegiado de reflexão crítica sobre o trabalho do assistente social, suas atribuições, limites institucionais e possibilidades de intervenção frente às

expressões da questão social.

E sendo um espaço que permite ao sujeito modificar-se no que diz respeito a capacidade de agir e pensar, por meio da articulação entre teoria e prática, desenvolvendo a consciência crítica, para uma formação acadêmica e profissional em Serviço Social, reflexiva e crítica capaz de compreender e repercutir nas relações que se configuram no cotidiano do exercício profissional nas relações sociais e de trabalho. Vale ressaltar que a supervisão de estágio possibilita o(a) estudante “[...] apreender criticamente a realidade social e o exercício profissional, superando práticas imediatistas e uma compreensão meramente técnico-operativa da intervenção profissional” (IAMAMOTO, 2009).

É possível compreender que a supervisão de estágio, se configura como um processo de acompanhamento sistemático e orientado, para a construção da identidade profissional crítica e reflexiva diante do cotidiano da prática profissional favorecendo o desenvolvimento de competências analíticas, investigativas e interventivas, permitindo que o estudante compreenda a complexidade da realidade social e reconheça a importância do Serviço Social na garantia de direitos e no enfrentamento das desigualdades sociais.

Assim, é evidente que as relações sociais e de trabalho que permeiam a atuação profissional do assistente social se configuram sob a égide do sistema capitalista. Isso significa que as relações sociais e de trabalho no cotidiano do mundo do trabalho, são produzidas e reproduzidas de forma contraditória e conflituosa.

Conforme afirma Iamamoto (2014, p. 37), o exercício profissional do/a assistente social está inserido nas relações sociais capitalistas e, portanto, é atravessado pelas contradições do mundo do trabalho, exigindo uma formação que possibilite a construção de respostas profissionais críticas e comprometidas com a defesa dos direitos sociais. Assim, a supervisão de estágio torna-se um espaço estratégico para o desenvolvimento da autonomia intelectual, do posicionamento ético e do compromisso profissional.

Diante das relações sociais e capitalistas fragmentadas e contraditórias do mundo do trabalho, a formação em Serviço Social assume papel fundamental na construção de profissionais capazes de compreender a complexidade da sociedade contemporânea e de desenvolver respostas profissionais fundamentadas teórica, ética e politicamente. A supervisão de estágio destaca-se nesse processo por

possibilitar ao estudante a articulação entre teoria e prática, favorecendo a análise crítica das experiências vivenciadas nos espaços sócio-ocupacionais. Por meio da supervisão, o/a estagiário/a é estimulado/a a refletir sobre os limites institucionais, as contradições presentes nas políticas públicas e as possibilidades de intervenção profissional comprometidas com a defesa dos direitos sociais e com a emancipação humana.

Dessa forma, a supervisão de estágio em Serviço Social desempenha papel estratégico na formação profissional e na construção da identidade do assistente social. Ao promover a articulação entre teoria e prática e ao estimular a reflexão crítica sobre o exercício profissional, contribui para a formação de profissionais comprometidos com os princípios éticos da profissão e com a transformação da realidade social.

Assim, a supervisão de estágio configura-se como espaço estratégico para o desenvolvimento da autonomia intelectual, do posicionamento ético e do compromisso profissional do futuro assistente social. Ao promover o diálogo crítico entre supervisor/a e estagiário/a, a supervisão contribui para a construção de uma identidade profissional alinhada aos princípios do projeto ético-político do Serviço Social. Além disso, possibilita o fortalecimento de competências analíticas, investigativas e interventivas, essenciais para que o profissional atue de forma crítica e propositiva diante das demandas impostas pela sociabilidade capitalista contemporânea. Dessa maneira, a supervisão de estágio reafirma-se como dimensão indispensável para uma formação profissional comprometida com a transformação social e com a defesa intransigente dos direitos da classe trabalhadora.

De acordo Paulo Netto (2011), a profissão se constitui no interior das relações sociais capitalistas, o que imprime limites e possibilidades ao exercício profissional e exige uma formação crítica e comprometida com a leitura da totalidade social.

Assim, é essencial que a formação acadêmica e profissional contemple as dimensões ético-político, teórico-metodológica e técnico-operativa da profissão possibilitando a construção da identidade profissional, em consonância com o projeto ético político na direção do ensino-aprendizagem profissional permitindo por meio de debates, das críticas e reflexões com os sujeitos envolvidos na supervisão de estágio em Serviço Social compreender a realidade social frente aos desafios e perspectivas da formação acadêmica e profissional.

Sendo assim, a supervisão de estágio essencialmente envolve a supervisão acadêmica e profissional, de maneira indissociável, para atuação profissional propositiva, interventiva e investigativa. Essa articulação entre supervisão acadêmica e supervisão de campo constitui elemento essencial para a efetivação do estágio como espaço formativo. A supervisão acadêmica, realizada no âmbito da instituição de ensino, possibilita a problematização das experiências vivenciadas no campo de estágio à luz dos fundamentos teórico-metodológicos, ético-políticos e técnico-operativos do Serviço Social. Já a supervisão de campo permite ao estudante vivenciar o cotidiano institucional, observar as estratégias de intervenção profissional e compreender as múltiplas determinações que atravessam o trabalho do assistente social. Essa articulação contribui para que o estágio não se reduza à execução de tarefas, mas se constitua como um processo de reflexão crítica e de produção de conhecimento.

Dessa forma, a supervisão de estágio em Serviço Social desempenha papel estratégico na formação profissional e na construção da identidade do assistente social. Ao promover a articulação entre teoria e prática e ao estimular a reflexão crítica sobre o trabalho profissional, contribui para a formação de profissionais capazes de compreender a complexidade da realidade social e de atuar de forma ética e comprometida com a defesa dos direitos sociais. Assim, a articulação entre a supervisão acadêmica e a supervisão de campo, permite que o estágio supervisionado se consolida como um espaço privilegiado de aprendizagem, no qual se constroem saberes, valores e competências fundamentais para o exercício profissional do Serviço Social.

Além disso, a Supervisão de estágio possibilita ao estudante compreender que o trabalho profissional do assistente social está inserido em instituições permeadas por relações de poder, interesses contraditórios e limites estruturais impostos pelo modo de produção capitalista. Essa vivência favorece a percepção de que a atuação profissional exige constantes mediações entre as demandas institucionais, as necessidades dos usuários e os princípios éticos que orientam a profissão. Nesse sentido, a supervisão torna-se um espaço fundamental para o amadurecimento profissional, pois permite ao estagiário desenvolver capacidade crítica para analisar a realidade social para além de suas manifestações imediatas, reconhecendo as determinações históricas e estruturais presentes nas expressões da questão social.

Ao mesmo tempo, a supervisão de estágio fortalece a dimensão coletiva da formação profissional, ao incentivar o diálogo, a troca de experiências e a construção compartilhada do conhecimento entre supervisores, estudantes e instituições de ensino. Esse processo contribui para a consolidação de uma formação comprometida não apenas com o domínio técnico-operativo, mas também com a defesa dos direitos sociais e com a construção de estratégias profissionais voltadas para o enfrentamento das desigualdades sociais. Dessa forma, a supervisão reafirma seu papel como instrumento essencial para a formação de assistentes sociais críticos, éticos e comprometidos com os princípios do projeto ético-político da profissão e com a construção de uma sociedade mais justa e democrática.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Conclui-se que os significados da Supervisão de estágio em Serviço Social na construção da identidade e da maioridade profissional do assistente social frente aos desafios da intervenção profissional no contexto da sociabilidade capitalista do século XXI estão intrinsecamente relacionados a precarização de políticas públicas sociais, capitalismo contemporâneo, às transformações do mundo do trabalho e a questão social.

Assim, a Supervisão de estágio em Serviço Social enquanto elemento essencial para a construção da identidade e autonomia profissional deve estar alinhada aos princípios éticos e políticos preconizados no projeto ético-político da categoria e reconhecer as dimensões teórico-metodológica, ético-política e técnico-operativa como fundamentais para a construção da identidade profissional e atuação profissional reafirmando o compromisso com o projeto ético-político com a categoria profissional na defesa intransigente por uma formação acadêmica e profissional comprometida com a efetivação dos direitos sociais e com a emancipação humana.

Dessa maneira, diante do contexto da sociabilidade capitalista do século XXI, evidencia-se a intensificação das desigualdades sociais, da precarização das relações sociais e de trabalho determinadas pela divisão social do trabalho, do enfraquecimento das políticas públicas educacionais, é fundamental, o compromisso da categoria profissional com o projeto ético-político profissional na construção de estratégias uma formação profissional de qualidade, possibilitando ao profissional do Serviço Social uma atuação propositiva, interventiva e investigativa frente ao cenário imposto pelo sistema capitalista, de intensa opressão social, de exploração da força de trabalho e de formação acadêmica e profissional fragmentada. Assim, faz-se necessário que a categoria profissional do Serviço Social e suas entidades representativas reafirmem o compromisso com o projeto ético-político da profissão em defesa da formação profissional crítica e reflexiva e com a construção de uma sociedade justa e livre de qualquer forma opressão e dominação.

A análise da sociabilidade capitalista no século XXI evidencia que o Serviço Social atua em um contexto marcado por profundas desigualdades sociais e por intensas transformações econômicas, políticas e sociais. A globalização econômica, a hegemonia do neoliberalismo e a precarização do trabalho configuram um cenário complexo que impõe novos desafios à profissão.

Nesse contexto, o Serviço Social reafirma seu compromisso histórico com a defesa dos direitos sociais e com a luta pela justiça social. A atuação profissional exige uma compreensão crítica das determinações estruturais da sociedade capitalista e o desenvolvimento de estratégias de intervenção que contribuam para o fortalecimento das políticas públicas e para a ampliação dos direitos da população. A atuação profissional exige não apenas o domínio de instrumentos técnicos, mas também uma análise crítica da realidade social e um posicionamento ético-político comprometido com a emancipação humana.

Sendo assim, a Supervisão de estágio deve ser compreendida como um espaço estratégico de resistência frente às tendências contemporâneas de precarização da formação e do trabalho profissional. Em um cenário marcado pela intensificação das exigências produtivistas, pela racionalização dos recursos e pela fragmentação das políticas públicas sociais, a supervisão assume o papel de reafirmar a centralidade da formação crítica e da reflexão coletiva no processo educativo. Ao possibilitar aproximações entre teoria e prática, a supervisão contribui para a construção de profissionais capazes de enfrentar os desafios impostos pela sociabilidade capitalista com competência técnica, compromisso ético e posicionamento político. Dessa forma, reafirma-se a necessidade de fortalecer a Supervisão de estágio como um espaço de formação emancipatória, que contribua para a consolidação de um Serviço Social crítico, comprometido com a defesa dos direitos sociais e com a construção de uma sociedade mais justa e igualitária.

Ademais, é importante destacar que a Supervisão de estágio se configura como um espaço de produção de conhecimento, na medida em que possibilita ao estudante não apenas a vivência da prática profissional, mas também a problematização e a sistematização dessa experiência. Esse processo favorece o desenvolvimento de uma postura investigativa, fundamental para a consolidação de um exercício profissional crítico e comprometido com a realidade social. A reflexão sobre a prática, mediada pela supervisão, contribui para a superação de respostas imediatistas e pragmáticas, fortalecendo a construção de estratégias de intervenção fundamentadas teoricamente e orientadas por princípios éticos.

Nesse sentido, a defesa de uma Supervisão de estágio qualificada implica também o reconhecimento de sua centralidade no processo formativo e a necessidade de garantir condições objetivas para sua efetivação. Isso envolve o compromisso das instituições de ensino, dos campos de estágio e das entidades

representativas da profissão na construção de espaços de supervisão que assegurem acompanhamento sistemático, reflexão crítica e articulação entre teoria e prática.

Assim, a Supervisão de estágio reafirma-se como elemento estratégico na formação de assistentes sociais capazes de enfrentar, de forma crítica e propositiva, os desafios impostos pela sociabilidade capitalista contemporânea, contribuindo para o fortalecimento de práticas profissionais comprometidas com a transformação social.

Além disso, a Supervisão de estágio também desempenha um papel fundamental na construção da autonomia intelectual e ética do/a estudante, ao estimular a capacidade de análise, argumentação e tomada de decisões fundamentadas. Ao vivenciar e refletir sobre situações concretas do cotidiano profissional o/a estagiário/a desenvolve competências que vão além do domínio técnico, incorporando uma postura profissional consciente e comprometida com os princípios da profissão. Esse processo contribui para a formação de sujeitos profissionais capazes de intervir de forma crítica e responsável, reconhecendo os limites institucionais, mas também identificando estratégias que possibilitem uma atuação profissional capaz de transformar a realidade social.

Nesse contexto, é necessário fortalecer a dimensão coletiva da Supervisão de estágio, compreendendo-a não apenas como uma relação entre supervisor/a e estagiário/a, mas como parte de um projeto profissional mais amplo, construído coletivamente pela categoria. A troca de experiências, o diálogo entre profissionais, estudantes e instituições de ensino e a participação nas entidades representativas contribuem para a qualificação do processo formativo e para o fortalecimento de uma identidade profissional crítica. Assim, a Supervisão de estágio reafirma-se como espaço de resistência e de construção coletiva de saberes, essencial para a consolidação de um Serviço Social comprometido com a transformação social e com a defesa intransigente dos direitos da classe trabalhadora.

Por fim, ressalta-se que a consolidação de uma Supervisão de estágio crítica e qualificada está diretamente relacionada à defesa de um projeto de formação que se contrapõe às tendências de mercantilização do ensino e de fragmentação do conhecimento. Nesse contexto, torna-se essencial fortalecer a articulação entre ensino, pesquisa e extensão, bem como incentivar práticas pedagógicas que valorizem a reflexão crítica e o protagonismo discente. A Supervisão de estágio, ao

articular esses elementos, contribui para a formação de assistentes sociais comprometidos com o projeto ético político do Serviço Social e com a defesa intransigente da classe assalariada frente aos desafios que se configuram cotidianamente na sociedade capitalista do século XXI.

REFERÊNCIAS

ABESS; CEDEPSS. Diretrizes Gerais para o curso de Serviço Social. **Cadernos ABESS n. 7. São Paulo: Cortez, 1997.**

ABEPSS. Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social. UFA's Filiadas. ABEPSS, 2025. Disponível em: <https://www.abepss.org.br/unidades-de-formacao-academica/>. Acesso em: 30 out. 2025.

ABEPSS. **Diretrizes gerais para o curso de Serviço Social**. Rio de Janeiro: Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social, 1996.

ABEPSS. **Política Nacional de Estágio**. Brasília: ABEPSS, 2010. Disponível em: <https://www.abepss.org.br/arquivos/textos/documento_201603311145368198230.pdf>. Acesso em: 09 ago. 2024.

ABRAMIDES, M. B. C. Desafios do Projeto Profissional de ruptura com o conservadorismo. In: **Serviço Social e Sociedade**, n. 91, ano XXVIII. São Paulo: Cortez, 2007.

ABRAMIDES, M. B. C. **O ensino do trabalho profissional: O estágio na formação profissional**. Palestra proferida na oficina da Região Sul II – Gestão 2003-2004 ABEPSS. São Paulo, 2003.

ALBIERO, Célia M.G. **Ensinar e Aprender: Desafios Constantes na Formação Profissional em Serviço Social**. Dissertação de Mestrado em Serviço Social pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo -PUC-SP, 2000.

AMICUCCI, E. M. M.; BESERRA, I. K. N. . Estratégias da supervisão de estágio e sua operacionalização no contexto sócio-ocupacional. In: Alzira Maria Baptista Lewgoy; Cláudia Mônica dos Santos; Alcina Maria de Castro Martins. (Org.). **Estágio e supervisão na formação em Serviço Social: o debate em Portugal e no Brasil**. 1ed. Juiz de Fora: Editora UFJF, 2024, v. 1, p. 201-211.

ANDRAUS, Rosa Cecília et alii. A Experiência de um grupo de profissionais discutindo e refletindo sobre supervisão em serviço social. In: **Cadernos de Serviço Social**, ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE ENSINO DE SERVIÇO SOCIAL – ABESS no VI nº 9, Campinas, 1996.

ANDRAUS, Rosa Cecília. Instrumentalidade do processo de trabalho e Serviço Social. In: **Revista Serviço Social e Sociedade**, nº 62, ano XX. São Paulo: Cortez, 2000.

ANTUNES, Ricardo. Formas de acumulação de capital e as formas contemporâneas de estranhamento (alienação). **Caderno CRH**, Salvador, n. 37, p 23-45, jul./dez. 2002. Disponível em: <<https://portalseer.ufba.br/index.php/crh/article/view/18601/11975>>. Acesso em: 23 ago.2022.

ANTUNES, Ricardo. **O caracol e sua concha**: ensaios sobre a nova morfologia do trabalho. São Paulo: Boitempo Editorial, 2005.

ANTUNES, Ricardo. **Os sentidos do trabalho**: ensaio sobre a afirmação e a negação do trabalho. São Paulo: Boitempo, 2009.

BARROCO, M. L. S. 30 anos do Código de Ética do assistente social brasileiro. **Temporalis**, Brasília (DF), n. 46, p. 13-23, jul./dez. 2023. Disponível em: <<https://periodicos.ufes.br/temporalis/article/view/43320/29225>>.

BASTOS, Luciene M. Subjetividade e coisificação: Um estudo introdutório. **Linhas Críticas**, Brasília, v.13, n. 25, p. 203-218, jul-dez.2007

BARDIN, L.(2011). **Análise de Conteúdo**. São Paulo: Edições 70

BARDIN, L.(2011). **Análise de Conteúdo**. Lisboa: Edições 70, 1977.

BAUER, M. W. Análise de conteúdo clássica: uma revisão. In: BAUER, M. W.; GASKELL, G. (Org.). **Pesquisa qualitativa com texto imagem e som**: um manual prático. Tradução de Pedrinho A. Guareschi. Petrópolis: Vozes, 2008.

BOCCATO, V. R. C. Metodologia da pesquisa bibliográfica na área odontológica e o artigo científico como forma de comunicação. **Rev. Odontol.** Univ. Cidade São Paulo, São Paulo, 18, n. 3, p. 265-274, 2006. Disponível em <<https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/rdbci/article/view/1896>> Acesso em: 12 de jul.2025.

BRASIL. **Lei Nº 11.788**, de 25 de setembro de 2008 que dispõe sobre o estágio de estudantes e dá outras providências.

BURIOLLA, M. A. F. **Supervisão em Serviço Social: o supervisor, sua relação e seus papéis**. 4.ed. São Paulo: Cortez, 2008.

CAPES. Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior. **CAPES, 2025**. Disponível em: <https://catalogodeteses.capes.gov.br/>. Acesso em: 30 out. 2025.

CARDOSO, Priscila Fernanda Gonçalves. **Ética e Projetos Profissionais**: os diferentes caminhos do serviço social no Brasil. Papel Social, Campinas, 2013.

CELLARD, André. **A análise documental**. In: POUPART, Jean et al. **A pesquisa qualitativa: enfoques epistemológicos e metodológicos**. Petrópolis: Vozes, 2008. Disponível em: https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/1932953/mod_resource/content/1/CELLARD%20C%20Andr%C3%A9_An%C3%A1lise%20documental.pdf. Acesso em: 16 jul. 2025.

CFESS. **Parâmetros para a atuação de assistentes sociais na política de educação**. Brasília, DF: Conselho Federal de Serviço Social, 2012.

CONSELHO FEDERAL DE SERVIÇO SOCIAL/CFESS. **Resolução CFESS n. 533.** de 29 de setembro de 2008 – Regulamenta a Supervisão Direta de Estágio no Serviço Social. Disponível em: http://www.cfess.org.br/js/library/pdfjs/web/viewer.html?pdf=/arquivos/CEP_CFESS-SITE.pdf. Acesso em: 8 mar. 2025

FAVARO, T.; RIBEIRO, E. Estágio supervisionado: desafios à formação em serviço social na educação superior pública. **Revista Serviço Social em Perspectiva**, Montes Claros, v. 4, n. 1, p. 22–44, 2020. Disponível em: <https://www.periodicos.unimontes.br/index.php/sesoperspectiva/article/view/2505/2858> Acesso em: 9 mai. 2025.

FLICK, Uwe. U. **Introdução à pesquisa qualitativa**. 3. ed. Porto Alegre: Artmed, 2009.

FONSECA, J. J. S. **Metodologia da pesquisa científica**. Fortaleza: UEC, 2002. Apostila.

FRANCO, M. L. P. B. **Análise do conteúdo**. Brasília: Liber Livro, 2008.

GODOY A. S. Introdução à pesquisa qualitativa e suas possibilidades. **RAE-Revista de Administração de Empresas**, v. 35, n. 2, mar-abr, p. 57-63, 1995. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rae/a/wf9CgwXVjpLFVgpwNkCggnC/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 16 jul. 2025.

GUERRA, Yolanda. **Instrumentalidade do Serviço Social**. 7. ed. São Paulo: Cortez, 2011.

GUERRA, Yolanda.; BRAGA, Maria Elisa. **Supervisão em Serviço Social**. CFESS/ABEPSS. Serviço Social: direitos sociais e competências profissionais. CEAD/UnB. Brasília. 2009.

GUERRA, Yolanda. **Análise dos Dados da Pesquisa sobre o Estado da Arte da Implementação das Novas Diretrizes Curriculares**. Oficina descentralizada de ABEPSS “10 Anos de diretrizes curriculares – um balanço necessário”. MG: Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF), 2006.

HJØRLAND, Birger. Classification. **Knowledge Organization**. v. 44, n.2, p. 97-128, 2017.

IAMAMOTO, Marilda Villela; CARVALHO, Raul de. **Relações sociais e Serviço Social no Brasil**: esboço de uma interpretação histórico-metodológica. São Paulo: Cortez, 2014.

IAMAMOTO, Marilda Villela. **Serviço Social em tempo de capital fetiche**: capital financeiro, trabalho e questão social. 3. ed. São Paulo: Cortez, 2007.

IAMAMOTO, Marilda Villela. As dimensões ético-políticas e teórico-metodológicas no Serviço Social contemporâneo. In: Ana Elisabete Mota; Maria Inês Souza Bravo;

Roberta Uchôa; Vera Maria R. Nogueira; Regina Marsiglia; Luciano Gomes; Marlene Teixeira. (Orgs.). **Serviço Social e Saúde**. 1ª ed. São Paulo/Brasília: Cortez/Ministério da Saúde, 2006.

IAMAMOTO, Marilda Villela. **O Serviço Social na contemporaneidade: trabalho e formação profissional**! Marilda Villela Iamamoto. - 3. ed. - São Paulo, Cortez, 2000.

HARVEY, David. **O neoliberalismo: história e implicações**. São Paulo: Loyola, 2008.

MARX, S. (1996). **O capital**. São Paulo: Editora ABC, p. 297.

MARX, F. D; ENGELS, F. (2013). **O Capital**. São Paulo: Editora Abril. p. 12, 2013.

LAKATOS, E. M.; MARCONI, M. A. **Fundamentos de metodologia científica**. São Paulo, SP: Atlas, 2003.

LEWGOY, Alzira Maria Baptista; SANTOS, Claudia Mônica dos; MARTINS, Alcina Maria de Castro. **Estágio e Supervisão na formação em Serviço Social: O debate em Portugal e no Brasil**. Juiz de Fora: Ed. UFJF, 2024.

LEWGOY, Alzira Maria Baptista; LOPES, Claudia. **Tendências da sociologia contemporânea**. São Paulo: Ed. Unesp, 2022.

LIBÂNEO, **Didática**. São Paulo: Cortês, 1991.

MARX, Karl. **O capital: crítica da economia política**. Tradução de Reginaldo Sant'Anna. Livro I, v.1. 23.ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2006.

MARX, Karl. **O capital: crítica da economia política**. São Paulo: Abril Cultural, 1983 (Os pensadores).

MARX, Karl; ENGELS, Friederich. **A ideologia Alemã**. São Paulo: Boi Tempo, 2015.

MARX, Karl; ENGELS, Friederich. **A ideologia Alemã: I - Feuerbach**. Trad. José Carlos Bruni e Marco Aurélio Nogueira. São Paulo: Hucitec, 1986.

MINAYO, M. C. S. **O desafio do conhecimento: Pesquisa Qualitativa em Saúde**. (12ª edição). São Paulo: Hucitec-Abrasco, 2010.

MORAES, R. Análise de conteúdo. **Revista Educação**, Porto Alegre, RS, v. 22, n. 37, p. 7 32, 1999.

OLIVEIRA, C. A. H. S. Estágio supervisionado curricular em Serviço Social: elementos para reflexão. **Temporalis**, Brasília: DF, ano IX, n. 17, p. 99-110, jan./jul. 2009.

PAULO NETTO, José. **Ditadura e Serviço Social**. São Paulo, Cortez, 2009.

PAULO NETTO, José. **A construção do Projeto Ético-Político do Serviço Social**. In: CFESS. **Serviço Social: direitos sociais e competências profissionais**. Brasília: CFESS, 2006.

PAULO NETTO, José. **Transformações societárias e Serviço Social**. São Paulo: Cortez, 1999.

PAULO NETTO, José. **Transformações societárias e Serviço Social**. 2. ed. São Paulo: Cortez, 1992.

PAULO NETTO, J. Ética e crise dos projetos de transformação social. In: BONETTI, D. A. et al **Serviço Social e ética: convite a uma nova práxis**. São Paulo: Cortez, 1996.

PEREIRA, L. D. Mercantilização do ensino superior, educação à distância e Serviço Social. **Katálisis**, Florianópolis, v. 12, n. 2, p. 268-277, jul./dez. 2009.

RAICHELIS, Raquel. O trabalho do assistente social na esfera estatal. In: CFESS/ABEPSS (Orgs.) **Direitos sociais e competências profissionais**, Brasília: CFESS/ABEPSS, 2009.

SÁ-SILVA, J. R.; DE ALMEIDA, C. D.; GUINDANI, J. F. Pesquisa documental: pistas teóricas e metodológicas. **Revista Brasileira de História e Ciências Sociais**, São Leopoldo, RS, Ano 1, n. 1, p. 1-14, Julho, 2009.

TEIXEIRA, Joaquina Barata; BRAZ, Marcelo. O projeto ético-político do Serviço Social. In: **Serviço Social: direitos sociais e competências profissionais**. Brasília -DF: Editora CFESS (Conselho Federal de Serviço Social), 2009. p. 1 - 19.

TINTI, ÉC. Capitalismo, trabalho e serviço social. In: **Capitalismo, trabalho e formação profissional: dilemas do trabalho cotidiano dos assistentes sociais em Ribeirão Preto** [online]. São Paulo: Editora UNESP; São Paulo: Cultura Acadêmica, 2015, p. 31-74.

VÁZQUEZ, A. S. **Filosofia da práxis**. Trad. Maria Encarnación Moya. 1 ed. Buenos Aires: Consejo Latinoamericano de Ciencias Sociales-Clacso. São Paulo: Expressão Popular: 2007.

YAZBEK, Maria Carmelita. Serviço Social, Questão Social e Políticas Sociais em tempos de degradação do trabalho humano, sob o domínio do capital financeiro. **Serviço Social em Revista**. Vol.21, N.1. UEL, 2018.

YAZBEK, Maria Carmelita. Prefácio. In : SILVA. M. L.O. (org.) **Serviço Social no Brasil: História de resistências e de ruptura com o conservadorismo**. São Paulo: Cortez, 2017b.

YAZBEK, Maria Carmelita. **Fundamentos históricos e teórico-metodológicos do Serviço Social**. São Paulo: Cortez, 2009.